



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V- JOÃO PESSOA
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

NATÁLIA DA SILVA NUNES

Violência na América Latina: as Bandas Criminais na Colômbia

**JOÃO PESSOA
2014**

NATÁLIA DA SILVA NUNES

Violência na América Latina: as Bandas Criminais na Colômbia

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba em cumprimento à exigência para obtenção do grau de bacharela em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Loyolla Kuhlmann

João Pessoa
2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

N973v Nunes, Natália da Silva
Violência na América Latina [manuscrito] : as bandas criminais
na Colômbia / Natália Da Silva Nunes. - 2014.
51 p. : il.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações
Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2014.
"Orientação: Prof. Dr. Paulo Roberto Loyolla Kuhlmann,
Departamento de Relações Internacionais".

1. América Latina. 2. Novas ameaças. 3. Narcotráfico. 4.
Bandas Criminais. I. Título. I. Título.

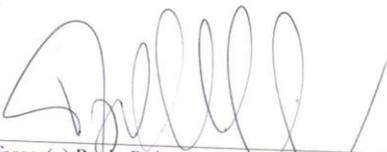
21. ed. CDD 363.1

NATALIA DA SILVA NUNES

Violência na América Latina: O Caso das Bandas Criminais

Monografia apresentada ao Curso de Relações
Internacionais da Universidade Estadual da
Paraíba.

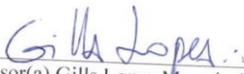
Aprovada em 18/03/2014.



Professor(a) Paulo Roberto Loyola Kuhlmann / UEPB
Orientador(a)



Professor(a) Augusto Wagner Menezes Teixeira Júnior / UFPB
Examinador(a)



Professor(a) Gills Lopes Macedo Souza / UFPB
Examinador(a)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, a Deus, pelas linhas tortas escritas, e por me dar sabedoria e força para entendê-las e enfrentar os mais diversos desafios que me foram impostos pela vida. Ao Padim Padre Ciço, por guiar meus passos, não me deixar esquecer minhas raízes e proteger os meus.

À minha avó, Maria Nilse da Glória (*in memoriam*), matriarca da família, pela criação e cuidados. À minha mãe Maria Nilse Nunes, guerreira, exemplo de força, sabedoria e inspiração. Obrigada por respeitar minhas decisões, pelo apoio incondicional, por acreditar na minha capacidade e não medir esforços para ajudar a realizar meus sonhos. Ao meu irmão Estêvão da Silva Nunes, pelo jeito torto de mostrar que se importa, por cuidar de tudo enquanto eu estava ausente e por ter me dado o sobrinho mais lindo e amado, Tomás. À minha tia Nocy Nilse e prima Aldinha, pelo apoio, preocupação e presença. Minhas primas Indra e Ivina, e seus pais, por representarem bem o significado da palavra família.

Aos meus amigos caririenses, principalmente Freitas Neto, Aymê Holanda, Raul de Sousa, Jordanna Almeida, Raíssa Marques, Lucas Cruz, Helen Morais, Rayane Rodrigues e Lidiane Landim, que sempre foram fonte de apoio, quando eu fui embora e mais ainda quando eu retornava para casa, cansada e pedindo colo. Todos, em suas mais variáveis maneiras, desde só com uma conversa ou uma garrafa de Gaúcho, foram essenciais na minha formação.

Aos amigos feitos na Paraíba, Leandro e toda a família Nobre, que sempre me recebem extremamente bem e fazem com que eu me sinta em casa, muito obrigada. Ludimila de Araújo e Jéssica Soares, que desde o começo se fazem presentes por mais diferentes rumos que nossas vidas possam ter tomado. À Clarissa Tabosa (e família), pelas madrugadas de elaboração de provas e trabalhos regadas a vinho, pela amizade, por demonstrar apoio aqui, em Caruaru, na Eslováquia, etc, por me entender com um olhar e também apenas com um olhar já me dizer o que eu precisava ouvir.

Ao Projeto de Cooperação 003 (Aline, Arthur, Bruna, Indira, Mariana, Nara) pelo companheirismo em sala de aula e fora dela, especialmente no Tororó

depois de uma prova sofrida, pelas risadas e planos diabólicos para dominar o mundo.

À Arthur, pelas mais bizarras, inesquecíveis aventuras, e também pelas impossíveis de lembrar, por ter acumulado TANTO material para a aula da saudade, por todos os kikis, recalques, selos de qualidade distribuídos, horas de ligações enquanto deveríamos estar estudando, deadlines não cumpridas ou pouco respeitadas, atrasos, e por fazer até da viagem “diária” no 5210, um evento!

À Karina Monteiro, pelo apoio constante e, principalmente, na hora que o cansaço e o desânimo pareciam me dominar. Pela paciência, apesar da distância, ter-se feito presente, pelos reencontros, pelas vezes que viajou horas e em diferentes meios de transporte no mesmo dia, cruzar metade do país, só para me ver e me acalmar. Pelo amor demonstrado nos pequenos atos, como nos bilhetes que eu encontrava ao chegar em casa, me desejando uma boa semana, porque sabia que eu teria algumas guerras para vencer.

Ao professor Dr. Paulo Roberto Loyolla Kuhlmann pelo apoio, orientação e paciência ao longo desses quatro anos de graduação. Aos professores do Curso de Relações Internacionais da UEPB, em especial, Cristina Pacheco, Alexandre César Cunha que contribuíram ao longo da graduação, por meio de disciplinas e debates, para o meu crescimento intelectual, e pela amizade que contribui para o meu crescimento pessoal, pois são pessoas incríveis que tem toda a minha admiração.

Aos funcionários da UEPB, principalmente Kaline, pela presteza e atendimento quando nos foi necessário.

Obrigada, enfim, a todos os envolvidos nessa aventura ousada que foi a graduação em Relações Internacionais.

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar a evolução dos atores na criminalidade na América Latina, como os grupos ligados ao narcotráfico e atividades envolvidas, tentando enfatizar as suas manifestações no Peru, Colômbia, México e parte da América Central. Estes grupos (cartéis, grupos paramilitares ou bandas criminais) ameaçaram a segurança da região ao longo da história e se aproveitam dos espaços onde não há presença do Estado. Assim, este trabalho procurou fazer um aparato conceitual sobre o tráfico de drogas e o crime organizado, e, em seguida, é dada ênfase no processo de desmobilização de paramilitares colombianos e suas conseqüências. A principal delas foi o surgimento de bandas criminais (BACRIM), pequenos grupos descentralizados, economicamente motivados, que estão presentes em todo o território colombiano e mantém alianças e negócios em outros países, praticando o tráfico de drogas e outras atividades ilegais. Também foram observadas as estratégias e políticas de combate a essas "novas ameaças", tanto as dos governos nacionais quanto as organizações multilaterais.

PALAVRAS-CHAVE: América Latina. Novas ameaças. Narcotráfico. Bandas Criminais.

ABSTRACT

This study aims to analyze the evolution of the actors in crime in Latin America, as groups linked to drug-trafficking activities, trying to emphasize its manifestations in Peru, Colombia, Mexico and much of Central America. These groups (cartels, paramilitary or criminal bands) have threatened the security of the region throughout history and take advantage of the spaces where there is no state presence. Thus, this project sought to make a conceptual apparatus on drug trafficking and organized crime, and then the emphasis is in the process of demobilization of Colombian paramilitaries and its consequences. The main one was the emergence of criminal bands, BACRIM, which are present throughout the Colombian territory and maintains alliances and business in other countries, practicing beyond drug trafficking, other illegal activities. Policies to combat these "new threats", strategies from national governments and multilateral organizations are also observed.

KEYWORDS: *Latin America. New threats. Drug trafficking. Criminal bands.*

INDICE DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|----|
| MAPA 1 - Produção e fluxo de cocaína..... | 16 |
| MAPA 2 - Cultivo de folha de coca na região sul do Peru..... | 20 |
| MAPA 3 - Principais áreas de influência dos grupos mexicanos..... | 30 |
| MAPA 4 - Presença das BACRIM na Colômbia..... | 41 |
| GRÁFICO 1 - Quantidade de integrantes e número de grupos das BACRIM | 39 |
| GRÁFICO 2 - Estratégia Colombiana | 43 |
| TABELA 1 – Taxa de Homicídios na América Central | 27 |

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| RESUMO | 7 |
| ABSTRACT | 8 |
| 1. INTRODUÇÃO | 9 |
| CAPÍTULO I – A VIOLÊNCIA NA AMÉRICA LATINA | 12 |
| 2. OS “NOVOS” ATORES DA CRIMINALIDADE | 12 |
| 2.1 PERU | 18 |
| 2.2 América Central | 24 |
| 2.3 México..... | 29 |
| CAPÍTULO II – AS BANDAS CRIMINAIS NA COLÔMBIA | 32 |
| 3. O PARAMILITARISMO..... | 32 |
| 3.1 O GOVERNO URIBE..... | 34 |
| 4. AS BACRIM | 36 |
| 5. CONCLUSÃO | 46 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 47 |

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem o propósito de investigar em um primeiro momento a violência e a criminalidade no Arco Andino e suas conexões com outros países da América Latina. Num segundo momento o destaque é dado à análise de recentes manifestações desses fenômenos no caso particular da Colômbia.

Para realizar essa pesquisa, faz-se necessário contextualizar essa região no cenário do crime e violência. A Bolívia, de 1820 a 1898, registrou sessenta levantes militares, seis assassinatos de presidentes e 10 constituições promulgadas. O Peru, durante cinquenta anos após 1821, conviveu com quarenta revoltas, 15 constituições, sendo que somente no ano de 1834 teve oito presidentes. Após 1830, o Equador teve doze constituições em apenas 80 anos, a Venezuela onze e a Colômbia apenas sete, mas sofreu o abalo de setenta revoluções até 1903 (CHAUNU, 1979, p.93). Esses países que compõem a extensão andina possuem uma herança histórica de conflitos com motivação política, como as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), Exército de Libertação Nacional (ELN) e o Sendero Luminoso no Peru. Além disso, o cultivo de folhas de coca é uma atividade que sempre esteve presente nesses países, que de um lado sustenta camponeses organizados em cooperativas, mas de outro lado dá suporte ao tráfico de drogas e a violência conectada a esta ação.

Esses conflitos históricos eram motivados por uma causa ideológica, mas atualmente os crimes registrados têm maior motivação econômica, ligada ao narcotráfico e outras atividades ilegais¹. Estes crimes podem ser vistos a partir de várias perspectivas, uma delas é a ausência do Estado, que por omissão ou ineficiência gera um vazio de poder que permite a ascensão de novos atores predispostos a edificar hierarquias paralelas e assumir o papel que tradicionalmente compete ao Estado, exercendo o controle direto sobre a população local e criando áreas liberadas, sejam elas em locais ermos nas zonas rurais ou em bairros carentes superpovoados (VISACRO, 2009, p.231), assim, os grupos organizados se aproveitam dessas áreas e ali atuam livremente.

Os Estados mostram quantas variações o conceito de crime organizado pode ter, por exemplo, a Convenção das Nações Unidas sobre o Crime Organizado Transnacional

¹ Ver tipologia do conflito em RAMSBOTHAM, O., WOODHOUSE, T., MIAL, H., Table 3.2, Statistics of Deadly Quarrels, in Contemporary Conflict Resolution. Cambridge: Polity, 2005, p. 64.

conceitua como “lavagem de dinheiro, sequestro, o tráfico ilícito de pessoas, a corrupção e os crimes relacionados, na maioria das vezes conectados ao tráfico de drogas”, mas não há um consenso. Aqui será analisado se os novos atores da violência nos países com forte relação com o narcotráfico (Colômbia, México e Peru) são uma organização criminal transnacional - evoluída e diferenciada dos antigos atores - ou se são um retorno aos antigos grupos - organizados e hierarquizados com lideranças bem definidas -, suas semelhanças e diferenças. Assim, no primeiro capítulo teremos uma abordagem conceitual e comparativa dos três países, fornecendo um panorama de apoio para o segundo capítulo, que tratará do caso das Bandas Criminais (BACRIM) colombianas, surgidas entre os mais de 30.000 paramilitares desmobilizados pelas Políticas de Segurança do governo do ex-presidente Álvaro Uribe, que em geral herdaram as armas, o pessoal e o *modus operandi* da guerrilha.

As BACRIM configuraram novas redes de criminalidade, caracterizadas pela maior fluidez e lideranças pouco definidas. Agem nos “espaços vazios” gerados pela deslegitimação das instituições estatais, associadas à presença estatal precária ou unicamente negativa (coercitiva). Quando grandes organizações (no caso colombiano, antigos cartéis de drogas e ex-paramilitares) começam a ser perseguidas e seus principais chefes caem, acontece um processo de descentralização violento, em que gerentes de nível médio disputam o controle da organização, o que leva a essas organizações cimosas controlarem alguns territórios. Enquanto estes controlam partes importantes das atividades de comércio e ilegais, não possuem capacidades financeiras ou militares dos antigos cartéis (MARTÍNEZ, 2012, p.38), por isso se transformaram em bandas, pequenos grupos espalhados em vários territórios.

Tais conflitos, de caráter essencialmente doméstico, eram antes considerados como sendo de competência do Estado, mas hoje são tidos como uma preocupação compartilhada pela comunidade internacional em função dos seus efeitos sobre a ordem internacional, em especial quanto à instabilidade que podem causar, tanto interna, quanto regionalmente e internacionalmente (KALDOR, 2001). Atualmente, em uma perspectiva estadocêntrica, esse tipo de ameaça é excluído da agenda internacional, porém, no nível de análise social e individual, é um tema importante, pois podem transcender fronteiras e são vistos como um fenômeno sistêmico que deveria ser combatido internacionalmente. Isso nos leva às perguntas que guiam este trabalho: quem são esses novos atores? São novos atores ou um retorno a modelos de criminalidade antigos? Como essas ameaças são tratadas pelos Estados? Essa estratégia

funciona? Quais são as principais transformações organizativas dos novos atores? Como as bandas criminais surgiram e como agem?

A hipótese aqui analisada é de que as medidas de segurança tomadas pelos países, com abordagem coercitiva, apenas trata o problema da violência em curto prazo, enquanto dá pouca atenção ao suporte social para o tratamento da questão. As BACRIM surgem num contexto de combate às drogas, como parte dos jiros desse combate. Considerando o efeito global do consumo de drogas e a situação específica de cada país, seria cabível uma abordagem estrutural e social.

CAPÍTULO I – A VIOLÊNCIA NA AMÉRICA LATINA

2. OS “NOVOS” ATORES DA CRIMINALIDADE

Nesse tópico, será analisada a atual conjuntura do Arco Andino no tocante a violência e criminalidade, identificando algumas tendências ou padrões que têm caracterizado a evolução das atividades dos grupos criminosos no pós-Guerra Fria.

Durante o conflito bipolar, a América Latina foi palco de ditaduras militares e por isso o processo de democratização na região é recente, e uma das consequências são instituições frágeis e na grande maioria, corruptas. Além do passado autoritário e da instabilidade política, deve-se ter em mente também a questão do modelo de desenvolvimento dos países latino-americanos. O processo de crescimento, que levou séculos nos países desenvolvidos, aqui se fez de modo muito mais rápido: em questão de décadas houve urbanização e industrialização intensas, movimentos populacionais em massa, surgimento e periferização de grandes centros urbanos, etc., com tudo o que esses processos implicam em termos de desarranjos sociais, pois em boa parte das vezes o desenvolvimento se deu de modo desorganizado (KAHN, 2007, p. 93, AYOB, 2003). E assim surgiram espaços, como bairros periféricos, onde o Estado não atua e se tornam terrenos férteis para o aparecimento de novos conflitos e novos grupos criminais.

Como se sabe, a desintegração do tecido social urbano possui estreita vinculação com o recrutamento para atividades ilícitas, de modo que os pobres, jovens, desempregados, presidiários, órfãos e imigrantes configuram uma força de trabalho potencial para as organizações criminosas. Nesse contexto de fragilidade social, a prática criminosa vai se despidendo da conotação negativa que lhe é reputada, sendo uma ferramenta de afirmação pessoal e material conforme o indivíduo passe a formar parte de um grupo, com suas próprias regras e sua própria história. Por essa razão, os jovens marginalizados recrutados pelo crime adquirem uma identidade própria, de pertencimento e fidelidade à organização (VON LAMPE, 2008). A tendência é que esses laços sejam mais fortes de acordo com o rigor e a seletividade do processo de recrutamento, socialização, ascensão e sucessão na liderança (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2002).

De uma maneira geral, o final da Guerra Fria e o processo da globalização propiciaram o surgimento de uma nova agenda de segurança, cujo novo conceito se

perfilava por ser multidimensional e centrado no indivíduo como sujeito a ser protegido, respeitando-se seus direitos e trabalhando para seu bem-estar como objetivo principal, com entidades nacionais e internacionais (AGUILLAR, 2011). Logo, identificadas por alguns como conflitos de baixa intensidade que permearam o sistema bipolar da Guerra Fria, as chamadas novas modalidades de violência diferenciam-se das modalidades de violência organizada que definem as guerras hodiernas por seu caráter transnacional, cuja resultante é a dificuldade em diferenciar dimensões outrora claramente dicotômicas: interno e externo; local e global; formal e informal; privado e público; estatal e não estatal; amigo e inimigo; e, no limite, guerra e paz. (MIKLOS, 2011).

Kaldor (1999; 2005; 2006), pioneira na investigação das novas modalidades de violência organizada, apresenta o conceito de “novas guerras”, que entende ser uma das faces do processo de globalização que define a contemporaneidade desde o fim da Guerra Fria, e seriam definidas pelas práticas executadas por grupos descentralizados inspiradas em técnicas de guerrilha e de contra-insurgência, com a intenção de evitar o confronto direto, a batalha, e controlar o território através do controle político da população. Tais práticas fariam, enfim, da sociedade civil simultaneamente palco e alvo da violência organizada.

Duffield (2002, 2004), por sua vez, contribui para a compreensão das novas modalidades de violência organizada ao definir as novas guerras como guerras em rede, analisando os sistemas econômicos descentralizados e transnacionais que financiam as novas guerras. Entretanto, interessado em produzir uma reflexão crítica a respeito da incorporação da guerra ao discurso de ajuda ao desenvolvimento, inova ao considerar como parte deste sistema atores além daqueles envolvidos diretamente no conflito, tais como organizações internacionais, organizações não-governamentais e demais atores envolvidos nos processos excludentes de globalização comporiam as redes engajadas nas novas guerras. Esses conflitos minam as normas e instituições vitais para a manutenção do sistema internacional, desestabilizam a coesão interna do estado e tem um profundo impacto na segurança humana, que é entendida como riscos e ameaças à segurança física e ambiental (epidemias, acesso a atendimento médico, pobreza, suprimento de água, crises de desenvolvimento e econômicas, acesso a armas de fogo, violência física e desastres ecológicos)².

² O conceito de segurança humana foi apresentado pela primeira vez em um relatório do PNUD de 1994, embora as bases para sua formulação estivessem há muito presentes no âmbito das Nações Unidas.

Assim, o tema aqui proposto impõe um desafio conceitual e empírico à definição clássica da segurança entre os Estados, baseada na visão realista (estadocêntrica, militar), pois esse modelo não tem servido para compreender totalmente os problemas da sociedade contemporânea e não considera crimes transnacionais um tema da segurança na política internacional. Hoje é preciso dar destaque ao papel dos governos, mas também de Organizações Internacionais como as Nações Unidas, ou organizações regionais, como a UNASUL, dentre outras, na ênfase dada ao “novo” fenômeno como parte de uma agenda comum.

A produção de trabalhos a esse respeito oscila entre a aceitação ou a rejeição do fenômeno como um tema essencial da agenda de segurança internacional. Entre os defensores do primeiro grupo encontra-se, por exemplo, Louise Shelley, para quem “a seriedade do problema está na complexidade dessas organizações e suas atividades, sua penetração global e a ameaça que elas colocam para a democracia e o desenvolvimento econômico legítimo – essas organizações claramente fragilizam o conceito de Estado-nação” (SHELLEY, 1995, p.1). Entre os defensores do segundo tipo estão autores como Alan Castle, para quem “a ameaça posta ao Estado-nação pelos grupos criminosos tem sido exagerada em termos gerais” (CASTLE, 1997, p.2). Apesar desse debate em andamento, pouco se evoluiu conceitualmente para problematizar, no tratamento do fenômeno, a relação excludente entre os âmbitos de análise da segurança: pública e internacional (PEREIRA, 2010, p.158).

Nesse contexto, o tráfico de drogas, pessoas, armas e a lavagem de dinheiro ganharam maior relevo nas agendas de segurança porque se tornou notável sua capacidade de promover a insegurança internacional. Consolidaram-se como o novo padrão de conflitos transnacionais, ocupando atualmente status privilegiado nas agendas de tomadores de decisão e analistas. Esses são problemas antigos, porém, a globalização trouxe inovações na comunicação, transporte e distribuição de atividades lícitas e ilícitas, e os crimes transnacionais passaram a ser considerados como ameaças relevantes. Para Rojas Aravena (2001, p. 15) o processo da globalização afetou o mundo, levando à perda do controle monopólico por parte dos Estados em certas áreas:

1. As comunicações, a internet é o melhor exemplo de vinculação global sem controle estatal.
2. O desenvolvimento tecnológico, que depende muito mais das empresas que do Estado, que afeta as capacidades de investimento.
3. As finanças, as transações financeiras fluem no planeta e geram crises regionais e globais com uma muito baixa capacidade de intervenção do Estado.
4. Os investimentos dos Estados geram resseguros sobre o investimento, sua capacidade de controle das decisões de onde investir e de onde adquiri-las é mínima.
5. As migrações

internacionais e a capacidade de controlar o movimento de pessoas também têm se reduzido em todos os Estados. 6. O âmbito do comércio é onde a abertura é cada vez maior e neste também se evidenciam as dificuldades dos Estados para estabelecer controles e restrições.

Como evidência dessa perspectiva, no que tange ao crime, temos a criação da Comissão sobre Prevenção de Crimes e Justiça Criminal pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1991, e mais tarde a criação da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado, em 2000, com o objetivo de promover a cooperação para prevenção e combate da criminalidade organizada transnacional.

Na região andina, o efeito da globalização foi sentido também na sua histórica e cultural produção de coca. Agora a fabricação e o tráfico de drogas têm alcance global. Contudo, até chegar nesse ponto, os países passaram por um longo processo. Na Bolívia, a presença de cooperativas de camponeses nas áreas rurais desde os anos 1950 produziu associações de cultivadores de coca e inibiu, em parte, a ascensão de organizações criminosas e movimentos de guerrilha como intermediários no tráfico, apesar dos militares cumprirem esse papel em várias ocasiões. No Peru, a ausência de associações de base entre os camponeses abriu caminho para que o aparato militar do país e as organizações guerrilheiras (Sendero Luminoso) cumprissem o papel de intermediários ou traficantes. Na Colômbia, a ausência de cooperativas também influenciou a ascensão de grandes organizações criminosas como os cartéis de Medellín e Cali. Então, a desaparecimento dos principais cartéis abriu caminho para atores ilegais armados, tais como as FARC e os paramilitares. No México e América Central, o exército e a polícia desempenharam algumas vezes as funções de mediação no passado, mas nas décadas de 1990 e 2000 esses países seguiram o padrão colombiano e peruano de mediação criminal devido à ausência de cooperativas³.

Após esse processo, os países presenciaram uma rápida fragmentação e dispersão das organizações criminais, assim, antes caracterizada por possuir grandes estruturas criminais como os cartéis, a América Latina agora possui redes que se descentralizaram, especializaram, diversificaram, e adaptaram uma estrutura horizontal, formada por pequenos grupos que atuam internacionalmente. Alguns exemplos desses grupos são “*las maras*” Bairro 18 e MS-13 em Honduras e Guatemala; “*la pandilla*” O Barrio Azteca que opera em El Paso, Texas e Juárez, no México; as “bandas criminais”

³ HEALY, K. 1988. “Coca, the State, and the peasantry in Bolivia”. Em Bruce Bagley (ed.). *Assessing the Americas' war on drugs*. Special Issue. *Journal of Inter American Studies and World Affairs (JISWA)*. Summer/Fall: 105-126; International Crisis Group. 2005. “Coca, drugs, and social protest in Bolivia and Peru”. *Latin American Report*. (Inglês, Estados Unidos) International Crisis Group.

Urabeños e Rastrojos na Colômbia; e o Comando Vermelho no Rio de Janeiro. Não é por acaso que esses grupos tenham surgido nos países responsáveis pela produção e fluxo do tráfico de drogas, como mostra o Mapa 1.

MAPA 1 - Produção e fluxo de cocaína.



Fonte: UNODC. 2010. *World drug report*. UNODC. Nova York.

Tais grupos mudam suas bases operacionais de uma cidade/estado/região até outra muito rapidamente, desafiando as estratégias de combate implantadas pelos governos. Esse é o chamado “efeito barata”, que foge rapidamente de uma cozinha suja até outro lugar para evitar serem detectadas depois que a luz é acesa (BAGLEY, 2012, p. 243), assim como à medida que a “luz” das autoridades recai sobre os grupos criminosos, eles fogem para os lugares “escuros”, os vazios institucionais. Em sua maioria, são formados por jovens que não tiveram oportunidade de educação e emprego, que moram em áreas que o poder estatal é ausente, não disponibilizando serviços básicos como saúde e lazer, além dos acima citados. O que esses grupos trazem de novidade é sua forma de atuação, pois com recursos de comunicação como celulares e internet, recrutam membros e distribuem funções pequenas (ex: ficar responsável

apenas por avisar que um carregamento de drogas chegou), formando uma cadeia de pequenos nós, menos vulneráveis à repressão estatal.

É difícil afirmar que esses grupos podem ser classificados como associações de "crime organizado", pois a falta de uma definição universalmente aceita do termo dificulta a classificação. O artigo 2º da Convenção das Nações Unidas Contra Crime Organizado Transnacional define como "um grupo estruturado de três ou mais pessoas, existente há algum tempo e atuando concretamente com o propósito de cometer uma ou mais infrações graves com a intenção de obter, direta ou indiretamente, um benefício econômico ou outro benefício material" (UNODC, 2004: 5). Todavia, esse conceito exclui a relação com a violência e a corrupção, estreitamente conectadas às ações dos grupos atuantes na América Latina.

De acordo com a Corte Ibáñez e Giménez-Salinas Framis (2010: 21), crime organizado designa "toda organização criada com o propósito expresso de obter e acumular benefícios econômicos através de sua aplicação continuada em atividades predominantemente ilícitas e que assegurem sua sobrevivência, funcionamento e proteção mediante o recurso da violência e a corrupção". Esta definição se aproxima mais com a realidade dos novos atores aqui abordados, pois mantêm alianças com políticos, policiais e empresários corruptos para garantirem a fluidez dos seus negócios.

Para Vergara (2012), crime organizado não é definido como a existência de uma estrutura específica, mas como um sistema de relações. A facção criminosa - seja cartel, banda, comando ou *mara* - é a parte mais visível do sistema, mas não é sua forma integral. Na base, há um conjunto de relações complexas, estabelecendo conexões entre o mundo legal e ilegal, que agem sobre as deficiências dos Estados, emergindo como potências autônomas baseadas na ilegalidade.

Nesse caso, a captura dos líderes dos grupos criminosos e até mesmo a prisão de uma grande parte de seus membros, poderá ter um impacto temporário sobre as ligações, sem envolver o desmantelamento completo do grupo, o que Alan Block chama de "sistema social" do crime organizado (BLOCK, 1994). Segundo Block, este sistema social "refere-se à ideia de que o crime organizado é um fenômeno que pode ser identificado por meio de serviços recíprocos que envolvem criminosos profissionais, políticos e clientes; a criminalidade organizada pode ser entendida a partir das ligações entre instituições e indivíduos do upperworld (legalidade) e do underworld (ilegalidade)".

A partir desta perspectiva, o crime organizado é uma forma específica de organização social, que gira em torno da produção, distribuição e consumo de bens ilegais. O que fazem as facções criminosas é aproveitar e aprofundar as vulnerabilidades dos Estados latino-americanos, reproduzindo as relações de clientelismo, estendendo as redes de corrupção e reduzindo a dimensão pública do Estado (VERGARA, 2012, p.10)

Portanto, buscando definir quais as diferenças entre crime organizado e bandas criminais, verifica-se que tanto as organizações de crime organizado quanto as novas "bandas criminais" praticam atividades ilícitas com motivação econômica, mas diferem na finalidade, pois o crime organizado pretende um acúmulo de riquezas, enquanto as "bandas criminais" apenas conformam um estilo de vida para seus membros; o crime organizado apresenta uma estrutura grande e conectada, enquanto as "bandas criminais" são formadas por pequenas estruturas sem liderança bem definida, de baixo perfil, urbanas, associadas ao narcotráfico e outras fontes de financiamento, mas com alto poder de infiltração nas instituições e responsáveis por um número significativo de delitos. A dificuldade em diferenciar crime organizado, cartéis de drogas e bandas criminais também tem atrapalhado os governos no tocante à escolha da melhor maneira de enfrentar essas "novas ameaças". A seguir, será analisada a atuação desses novos grupos no México, Peru e América Central, onde esses grupos, conhecidos por diferentes nomes, mas com os mesmos perfis, agem motivados pelo ganho econômico produzido pelo tráfico de drogas.

2.1 PERU

A folha de coca (*Erythroxylum*) é um arbusto que tem origem nos Andes, seu nome deriva do aimará "Kkoka", que significa planta divina. Estima-se que no período da conquista existia já uma tradição de cultura e uso de pelo menos 6.500 anos⁴. O conjunto de usos e aplicações da folha de coca pelos descendentes de culturas ancestrais de países como o Peru e Bolívia, Equador, Chile, Colômbia e Argentina, é conhecido como seu uso tradicional. A elaboração de droga ilícitas em base à folha de coca foi um

⁴ CONGRESSO PERUANO, Decreto Supremo N° 82-94-P.M. 1994, p. 359

fenômeno posterior relativamente novo e importado de outras culturas e constitui o uso ilícito.

A importância do Peru nesta análise se dá pelo fato de agora ocupar a posição de maior produtor de coca da América do Sul⁵ (61.200 hectares de área cultivada), ultrapassando Colômbia e Bolívia. No caso do Peru, aproximadamente 5% da produção de cloridrato de cocaína é para consumo interno e 95% passam por contrabando para a América do Norte e cada vez mais para a Europa. Cerca de 40% desse montante é contrabandeado por mar e o resto vai clandestinamente pelas fronteiras do Equador, Chile e Brasil, nessa ordem de importância (JIFE, 2009, p. 85). Os membros remanescentes do Sendero Luminoso foram incorporados à cadeia de tráfico de drogas e hoje em dia atuam como uma organização que não só fornece segurança e proteção aos traficantes, mas também dividem em parcelas os cultivos de coca, participam dos procedimentos de transformação em cocaína e no comércio.

Há grupos pequenos, mas não muito articulados entre si, que atuam contratados por grupos mais poderosos de outros países, principalmente México e Colômbia, relacionados com os cartéis de narcotráfico. No geral, os grupos locais atuam em bairros residenciais da capital Lima, comercializando a droga e fazendo maior e mais frequente uso da violência, não se relacionam diretamente com os cartéis, responsáveis pelo monopólio e transporte da droga e supervisionando as operações (POMAR, 2011, p. 52), a não ser quando contratados para operações específicas. As organizações estrangeiras vão até o Peru para despistar a perseguição que estão sofrendo em seu país de origem e aproveitam o pouco controle das autoridades peruanas, mantendo o padrão do já citado “efeito barata”.

As recentes mudanças no mundo do crime estão ligadas à velocidade com que as facções ilegais estão evoluindo e sua capacidade de criar vínculos com o mundo jurídico e o mercado internacional. Além disso, o aumento da violência e da crescente presença de bandas criminais em países como Peru, são sinais de alerta: se os governos não responderem com medidas adequadas, a densidade de grupos criminosos pode aumentar e estimular o processo de acumulação de violência social e ilegalidade.

As principais atividades do crime organizado no Peru são o tráfico ilícito de drogas, o corte ilegal de árvores, tráfico de pessoas, mineração informal e algumas

⁵ UNODC. 2012. *World drug report 2012*. United Nations. (Inglês, Estados Unidos) Junho. http://www.unodc.org/documents/southerncone//Topics_drugs/WDR/2012/WDR_2012_web_small.pdf

ações remanescentes do Sendero Luminoso, todos com um marco crescente de corrupção e impunidade (UNODC, 2012). Tem sido cada vez mais visível que o narcotráfico penetra cada vez mais na vida política e empresarial do país. Logo, percepção pública é de crescente insegurança.

Além disso, a população percebe que a corrupção e a impunidade estão atingindo níveis nunca antes vistos e abrangendo todos os setores e instituições. Com efeito, a desconfiança nas instituições é um ponto comum com os outros países andinos (POMAR, 2011, p. 55). O Estado tem pouca presença nas áreas de cultivo de folha de coca e a produção de cocaína está crescendo de forma alarmante. Como mostra o Mapa 2, a região sul do Alto Huallaga, na província de Leoncio Prado (região Huanuco), em um ambiente de ausência de ações de erradicação e de esporádicos programas de desenvolvimento alternativos, impera a expansão dos cultivos de coca combinada com crescimento do narcotráfico e ações de grupos remanescentes do Sendero Luminoso.

MAPA 2 - Cultivo de folha de coca na região sul do Peru.



Fonte: IDL-Reporteros. Disponível em: < <http://idl-reporteros.pe/2012/08/08/el-uchiza-del-siglo-xxi/>>
Acessado em 10 de janeiro, 2014.

De acordo com o relatório da ONU, no Alto Huallaga tem ocorrido o tradicional “efeito balão”, ou seja, enquanto o cultivo de coca é reduzido no norte, cresce e se multiplica no sul, não afetando, no geral, o número de hectares cultivados e, por consequência, o abastecimento do narcotráfico (UNODC, 2009). Sobre essa expansão nos cultivos, Santos (2010, p. 18) advoga que:

O agravamento dos cultivos ilícitos de coca no país pode ser atribuído a uma série de fatores, tais como: as debilidades econômicas e institucionais do Estado peruano para combater o narcotráfico; o crescente consumo de droga na América do Sul; o “efeito balão”, decorrente do combate às drogas na Colômbia; e a presença de remanescentes do Sendero Luminoso nas atividades do narcotráfico. Pode-se dizer que, no Peru, a segurança nacional, o estado de direito, a democracia e o próprio desenvolvimento do país têm sido duramente ameaçados pelas atividades do narcotráfico.

Quanto às formas de combater o problema das drogas, desde a década de 70, com a declaração de guerra às drogas do ex-presidente norteamericano Richard Nixon (1969-1974), o tráfico de drogas ilícitas constitui uma ameaça para os EUA. Na década de 80 houve um maior impulso na luta contra esse problema focando a atenção nos países andinos. Em 1986 o então presidente Ronald Reagan (1981-1989) assina a Ata Antidrogas, na qual envolve as forças armadas na luta contra as drogas e expõe: "O tráfico internacional de drogas ameaça a segurança nacional dos Estados Unidos". A estratégia dos EUA para combater esse problema seria principalmente atacar sua base nos países de origem das operações, ou seja, nos países andinos, no caso da cocaína (AGUILLAR, 2011, p. 91). Enquanto isso, até 1996 o Peru não tinha um órgão antidrogas, sendo então criada a Comissão Nacional para o Desenvolvimento e Vida sem Drogas (DEVIDA), que é o único órgão governamental responsável por políticas antidrogas, mas sofre com a falta de investimentos, o que a torna ineficiente. Para reduzir as áreas cocaleiras consideradas ilegais, desde o final dos anos setenta o Peru tem seguido uma série de políticas de combate às drogas, com resultados pouco animadores.

O governo peruano vem praticando dois tipos de erradicação: a voluntária e a forçada. A erradicação voluntária é coordenada pela (DEVIDA), e a erradicação forçada é realizada pela *Unidad de Control y Reducción de la Hoja de Coca en el Alto Huallaga* (CORAH). Importa destacar que a política de erradicação forçada, de inspiração norte-

americana⁶, tem sido duramente rechaçada pelos camponeses e os sindicatos cocaleiros. O movimento cocaleiro peruano tem promovido violentos protestos contras às forças do Estado e eleito representantes para o parlamento peruano no sentido de barrar a estratégia repressiva de combate à oferta através da erradicação forçada.

Por ser forçada, ela tem a grande desvantagem de confrontar os plantadores de coca, que por sua vez se transformam em milhares de inimigos do Estado, atualmente organizados e armados em grandes áreas do território. Além disso, não obteve resultados definitivos porque é muito lenta, uma vez que é manual, e faz com que os produtores se desloquem para outros lugares para continuar suas plantações ilegais, longe dos erradicadores.

Ainda, é importante frisar as iniciativas internacionais, como a Iniciativa Regional Andina do ex-presidente dos EUA, George Walker Bush, que foi apresentada em 11 de julho de 2001, pelo Secretário Auxiliar de Assuntos Internacionais de Narcóticos e aplicação de Lei, Rand Beers, ante o Comitê do Senado dos EUA. A partir dessa iniciativa, foram destinados ao Peru US\$195,20 milhões. Também a Iniciativa Andina Antidrogas (ACI) recebeu US\$142,50 milhões em financiamento, sendo US\$75 milhões para ajuda antidrogas e US\$67,50 milhões para desenvolvimento alternativo. Além disso, o Peru também recebeu US\$14,50 milhões em fundos de segurança econômica, US\$23,70 milhões em financiamento para a sobrevivência e saúde infantil e US\$15 milhões em assistência ao desenvolvimento (LARRY STORRS, K., SERAFINO, Nina M, agosto, 2003, p. 3). Para Aguillar (2011, p.112), as políticas antidrogas com assistência dos EUA desde o ano 2001 ao ano 2008 predominaram cinco características:

- 1.O desenvolvimento do programa “Avançada dentro do Sul da Colômbia”, dentro do Plano Colômbia, para desarticular a agrupação guerrilheira das FARC, que ocupava a zona cocalera de Putumayo e Caqueta na Colômbia.
2. Fazer uma abordagem macro do combate às drogas mediante o início da Iniciativa Regional Andina, para evitar um possível efeito balão, combatendo em conjunto no Peru, Bolívia, Colômbia, Equador, Venezuela, Brasil e Panamá.
3. Realizar operações para proteger os oleodutos do Equador, Venezuela e o oleoduto Caño Limón Coveñas, da Colômbia.
4. Formar e treinar pessoal para agências antidrogas em tarefas de interdição, fumigações aéreas e erradicações na Colômbia, Peru e Bolívia.
5. Formar, treinar e outorgar equipamento de batalhões ao pessoal policial e militar para combater o tráfico de drogas e às agrupações guerrilheiras.

⁶ Em geral, pode ser dito que o que define a posição do Peru sobre a segurança regional é o alinhamento com os EUA. Além disso, o Peru aceita a política anti-drogas de Washington e em troca esteve disposto a dar facilidades para a Quarta Frota dos EUA nos seus portos (OBANDO, 2010, p. 140).

Também merece destaque a Estratégia Nacional de Luta contra as Drogas (ENLCD) 2007-2011, através da qual se executou o Plano de Impacto Rápido (PIR), instrumento operativo promovido por DEVIDA, cuja principal função é agenciar e coordenar projetos vinculados à luta contra as drogas com instituições do Estado e incluí-los no orçamento nacional. Paralelamente aos projetos de DEVIDA o governo, bem como as forças armadas e policiais, tem colocado em ação operações especiais como o Programa de Erradicação e Monitoramento de Cultivos de Coca (CORAH/CADA) e a Operação Militar do Valle do Rio Apurimac-Ene (VRAE). O CORAH/CADA passou a funcionar a partir de 2007, com o intuito de reduzir o espaço cocalero ilegal e monitorar seus cultivos.

O CORAH trabalha diretamente no programa de eliminação ou erradicação de cultivos ilícitos, operando desde sua base em Santa Lucia (Huellaga), e conduzindo operações em estreita coordenação com a Polícia Nacional e com o Exército Peruano. O CADA trabalha com imagens de satélite, monitorando a mudança anual dos cultivos da folha de coca. O operativo VRAE, criado no dia 14 de janeiro de 2009, mediante Decreto Supremo nº 001-2009-DE/EP, consiste em operações militares do exército agindo contra dois objetivos principais: os remanescentes de Sendero Luminoso e o narcotráfico. Essa operação foi chamada de “narcoterrorismo” porque seu objetivo foi o de desarmar e desarticular a agrupação guerrilheira numa zona dominada pelo tráfico de drogas, abrangendo os Estados de Ayacucho, Cuzco e Junín, mais conhecida como a região do VRAE (DEVIDA, 2008).

Ainda, em um âmbito regional, A União de Nações Sul-Americanas (UNASUR), antiga Comunidade Sul-Americana de Nações (CSN), com início em 8 de dezembro de 2004, é integrada por todos os países da América do Sul, com exceção da Guiana Francesa, e inclui o acordo e coordenação política e diplomática nesses países, uma zona de livre comércio, a integração física, energética e de comunicações, a harmonização de políticas de desenvolvimento rural e agroalimentar, a transferência de tecnologia em matéria de ciência, educação e cultura e a interação entre empresas e sociedade civil, tendo em consideração a responsabilidade social empresarial. A UNASUR conta com o Conselho Sul-Americano de Luta contra o Narcotráfico, que é um foro de consulta, coordenação e cooperação em matéria de prevenção e luta contra o problema mundial das drogas e assume uma posição a favor de uma política que não gere consequências que afetam os direitos humanos dos povoadores das zonas cocaleras e que não alterem a tranquilidade da região sul-americana.

Finalmente, como resultados das operações VRAE e CORAH/CADA, os cultivos da folha de coca na região do VRAE aumentaram, de 2007 a 2008, em 4,40% e os cultivos na zona do Alto Huallaga atendidas pela estratégia CORA/CADA em 3,30% no mesmo período⁷, esta última um pouco menos se comparada com a zona do VRAE, mas mesmo assim não obtiveram resultados eficientes. A ausência de projetos de economias alternativas verdadeiramente sustentáveis constitui um aspecto fundamental para a substituição das estratégias antidrogas na região. Já as ações civis, que para a maioria dos analistas é o aspecto mais importante do plano, caminham de forma muito lenta, numa região que falta quase tudo (SANTOS, 2010, p.20). Os principais problemas dos programas de desenvolvimento econômico e social e de infra-estrutura são os entraves burocráticos, insuficiência de recursos financeiros, corrupção e falta de capacidade política do governo, assim como em outros países da região.

2.2 América Central

É pertinente lembrar que a existência do crime organizado deve ser considerada dentro de um contexto global onde surgiram ameaças de vários tipos. Infelizmente, não só na América Latina, mas a toda a comunidade internacional tem visto aparecer essas novas ameaças, cada vez mais violentas, que se espalham rapidamente e que produzem um aumento de atos ilícitos, que são difíceis de neutralizar devido à sua natureza e interconectividade global. A globalização (geralmente associada a aspectos tecnológicos e comerciais) tem efeitos multiplicadores sobre os diversos fenômenos da agenda política, social e ambiental do mundo inteiro. A existência de um "mundo conectado" tornou-se mais importante para a formulação de políticas nos mais diversos campos, e isso inclui as questões de segurança e as ameaças à paz e à estabilidade.

Nesse diapasão, o quesito central no crime organizado, além de sua organização complexa e redes de articulação, provavelmente reside em duas características: a primeira refere-se à ameaça ou uso da força para as suas atividades, e a segunda, o uso da corrupção como o principal instrumento para corroer a capacidade do Estado e aumentar a impunidade para suas ações (BRECKENRIDGE; MILIAN, 2009, p. 219). A manifestação dessas "novas ameaças" na América Central tem seguido as mesmas

⁷ UNODC. *Informe Peru: monitoreo de cultivos de coca 2009, 2010*. p. 13.

características anteriormente citadas, pequenos grupos desarticulados, urbanos, e composto por uma maioria jovem, conhecidos nessa região como as "maras" ou "pandillas juvenis", a exemplo dos grupos MS-23 e Calle 18 que atuam em Honduras e Guatemala.

De fato, o narcotráfico (que envolve atividades desde o cultivo, produção, fabricação, venda, compra e distribuição ilícita de entorpecentes, substâncias psicotrópicas, até o desvio de precursores químicos e delitos conexos) começou a florescer com operações desses grupos insurgentes durante a década de oitenta, no entanto, suas raízes remontam a períodos anteriores. Por muitos anos, a região da América Central foi testemunha de altos níveis de repressão e violência política. Enquanto na Guatemala (1960-1996) e El Salvador (1980-1992) os militares lutaram contra a guerrilha, a Nicarágua viveu sob a dinastia ditatorial dos Somoza (1936-1979) e Honduras, governada por regimes militares entre 1963 e 1982. Assim, atualmente a América Central apresenta características próprias de pós-conflito: ali persiste alta circulação de armas e munições e uma crescente insegurança urbana motivada, especialmente, pelas operações criminosas e altamente violentas das "maras" ou das "pandillas juvenis" na Guatemala e em El Salvador, e em menor grau, em Honduras e na Nicarágua (BRECKENRIDGE; MILIAN, 2009, p. 225). As "maras" desempenham um papel importante no desenvolvimento do crime organizado na América Central, já que a região atravessa um aumento grave e alarmante de crimes cometidos por essas bandas. Recentemente, a Interpol⁸ divulgou o número total de membros de bandas em Honduras, Guatemala, El Salvador, Nicarágua, Costa Rica, Panamá e se aproximam dos 79.000.

Essas bandas se tornam sofisticadas "pandillas" transnacionais, utilizando as mais recentes tecnologias em comunicações, movem-se facilmente dentro e fora dos mercados ilegais mais lucrativos, desafiando abertamente as autoridades nas fronteiras, e mantêm todos os tipos de alianças criminais.

Segundo Wolf (2012, p. 255), as "maras", executam negócios internacionalmente, participando de sequestros, roubos, extorsão, assassinatos, tráfico de seres humanos e contrabando através das fronteiras. Os traficantes usam a região da América Central como importante zona de trânsito, pois é lá que se encontram algumas

⁸ International Criminal Police Organization, organização internacional que ajuda na cooperação de polícias de diferentes países.

áreas que são menos vigiadas, como o Parque Nacional Laguna del Tigre na Guatemala, e Mosquitia em Honduras e na costa atlântica da Nicarágua, usados por traficantes para reabastecer seus aviões e barcos e para recondicionar as drogas.

Os integrantes das "maras" usam roupas mais elegantes, e o seu dinheiro e estilo de vida produz um fascínio nos adolescentes que dificilmente poderiam resistir, já que, assim como na região andina, esses jovens sofrem com a falta de oportunidades em áreas educacionais e econômicas. Gradualmente, esses jovens assumiram identidades na MS-13 ou na Calle 18, e com ela a inimidade entre os dois grupos. Assim, dois fenômenos diferentes se fundiram, não devido ao recrutamento ativo ou uma conquista violenta, mas porque a América Central fornece um terreno fértil para o desenvolvimento dessas gangues. Logo, as "maras" se tornaram um problema de segurança pública cada vez maior, em parte devido à negligência do problema por sucessivos governos, e a partir do momento que agem fora dos seus países de origem, se tornam também um problema de segurança internacional, pois atuam conjuntamente com outros grupos principalmente no México, como será em breve abordado.

Na Guatemala, as estruturas ilegais que operam hoje também surgiram da interação entre milícias e paramilitares em tempos de guerra. Composto por membros ativos e aposentados das forças armadas, da inteligência militar, e empresários civis, estes grupos lucram com o contrabando, sequestro, tráfico de drogas e outras atividades do crime organizado (BELTRÁN, 2007, p.8). Aproveitando seus contatos no serviço de inteligência militar e no sistema político e judicial, esses grupos ameaçam quem possa interferir ou opor-se à suas operações.

Em El Salvador, os "Perrones" são um grupo que vem agindo no leste do país, especialmente nas cidades de San Miguel, Usulután e La Unión. Possuem contatos entre os políticos, juízes e líderes na polícia. Como os outros grupos aqui abordados, não são sofisticados e disciplinados, não possuem capacidade de criar e gerir suas próprias estruturas no tráfico de drogas, apenas alguns chefes são conhecidos por seu alto nível de organização, suas características empreendedoras e riqueza acumulada, outros mostram-se mais desorganizados e violentos (WOLF, 2012, p. 262).

Diante disso, os governos do Triângulo Norte (Honduras, El Salvador e Guatemala), em maior ou menor grau, têm demonstrado alguma disposição em enfrentar o crime organizado e as "pandillas". Porém, a luta contra o crime é dificultada pela falta de recursos e o impacto de eventos políticos nacionais e regionais. Todas as administrações têm reconhecido a necessidade de cooperar e compartilhar informações,

mas os países têm privilegiado a participação de militares em tarefas de segurança pública e da luta contra o crime organizado.

É notável a pouca atenção dada aos programas de prevenção e reabilitação e de desenvolvimento social nesses países, os governos têm preferido a aplicar políticas de "mão dura", entre 2002 e 2003, para, teoricamente, dismantelar as "maras" e reduzir os homicídios que foram atribuídos naquele momento à maior parte destes grupos. Primeiro foram adotados planos explícitos contra as "pandillas", iniciativas estas que apresentaram efeitos adversos e foram sendo retiradas oficialmente, mas na prática ainda se aplicam de diferentes maneiras. No médio e longo prazo se mostraram ineficientes para controlar o crime. No entanto, apesar de sua ineficácia e da natureza abusiva, essas estratégias eram muito atraente para a sociedade, que sob medo constante de vitimização, demanda respostas rápidas e drásticas para o crime (BRECKENRIDGE; MILIAN, 2009, p. 230).

Também segundo Wolf (2012), as políticas de linha dura tiveram efeitos muito contraproducentes, principalmente em dois sentidos. Em primeiro lugar, os assassinatos começaram a mostrar, com algumas oscilações, uma tendência crescente, como mostra a Tabela 1. Segundo, tanto a MS-13 quanto a Calle 18, experimentaram uma série de grandes transformações. Ambos os grupos endureceram suas exigências nos processos de admissão e de seleção, para reduzir a infiltração dos inimigos e garantir maior controle interno. Os recrutas são investigados com mais cuidado e passam por ritos de iniciação de maior risco, incluindo a eliminação física de grupos rivais.

Tabela 1 - Taxa de homicídio no Triângulo Norte da América Central

| País | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|-------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| El Salvador | 47 | 56 | 65 | 62 | 65 | 57 | 52 | 71 | 66 |
| Guatemala | 31 | 34 | 36 | 42 | 45 | 43 | 46 | 46 | 41 |
| Honduras | 56 | 34 | 32 | 35 | 43 | 50 | 61 | 71 | 82 |

Fonte: UNODC, 2011. *Global study on homicide: Trends, contexts, data*.

Os jovens começavam usando facas artesanais e passaram para armas de fogo, intensificando a mortalidade e a violência. Os membros das "pandillas" também adotaram estratégias que lhes permitiam passar despercebidos e fazer suas operações em segredo, como usar roupas mais discretas.

Finalmente, as instituições estatais frágeis e os espaços vazios, especialmente em áreas de fronteira e de selva, corrupção, supervisão debilitada do sistema financeiro, aplicação limitada da lei, bem como a pobreza e a desigualdade social, permitem que o crime organizado floresça. Logo, fazem-se necessárias iniciativas para o combate ao crime e ao narcotráfico que incluam todos esses setores.

Diante disso, o Sistema de Integração Centro-Americana (SICA) constitui um dos principais fóruns para o tratamento questões de segurança na região. Em 2007, os estados-membro do Sica⁹, junto com México, adotaram uma estratégia que identificou oito desafios de segurança, incluindo crime organizado, tráfico de drogas, terrorismo, as bandas criminais, tráfico de armas pequenas, assassinatos, imigrantes com antecedentes criminais e corrupção. Além disso, a Iniciativa de Segurança Regional na América Central (Carsi), criada pelos Estados Unidos em 2008, é um programa de assistência de segurança para os sete países da América Central. Incorporado como um programa independente, em 2010, pretende fortalecer a capacidade das instituições do Estado para enfrentar problemas de segurança e as condições econômicas e sociais (WOLF, 2012). O foco é sobre a interdição de narcóticos e o enfraquecimento das redes criminosas transnacionais, e um de seus principais objetivos é promover níveis mais elevados de cooperação em segurança e justiça.

Quanto ao narcotráfico, a análise mostrou que a cena local e regional na América Central é mais variada e complexa do que normalmente se assume. Além disso, as atividades das "maras" envolvem uma vasta gama de atores, muitos daqueles que têm experimentado uma aguda marginalização social. Para Wolf (2012), existem ainda notáveis diferenças qualitativas entre as "maras" e o crime organizado (que não ficou claro para nós), tal como a natureza da sua participação em crimes, sua relação com as instituições estatais e outros setores da sociedade, seu objetivo e a faixa etária dos integrantes das "maras".

Em conclusão, apenas a aplicação de políticas repressivas é ineficaz e pode, na verdade, agravar os problemas de criminalidade e violência que pretendiam resolver. Neste sentido, a cooperação para enfrentar ameaças comuns é oportuna, mas não substitui os esforços domésticos. É preciso maior ênfase na luta contra a corrupção, prevenção, reabilitação e reconstrução do tecido social das comunidades que sofrem há anos com violência.

⁹ Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá e República Dominicana

2.3 México

Houve mudanças nas percepções de ameaça e conflito em todos os países desde a Guerra Fria, antes se considerava como o desafio, por exemplo, o comunismo. Agora, no caso específico do México, a segurança nacional é questionada pelo crime organizado e cartéis de drogas, que se tornaram uma ameaça de segurança transnacional. Sobretudo, os principais problemas socioeconômicos que afetam a segurança e governança no México são: a migração maciça da população para os EUA; o tráfico de pessoas, que é uma atividade do crime organizado, que, por sua vez, afeta o violações dos direitos humanos dos migrantes; a crescente insegurança pública e a transnacionalização do crime, por exemplo o fenômeno das "maras", cada vez mais influentes no México, entre outros.

Na transição para a democracia, o México não conseguiu resolver os principais problemas de governança e muitos deles foram transformados em matéria de segurança nacional, regional e internacional. Como nos outros países já explanados, o México segue o padrão, onde o fraco poder estatal permite que, por meio da corrupção, o crime organizado tenha uma alta capacidade de influência em estruturas do governo. Este fenômeno ocorre no nível político - federal, estadual e local -, nas Forças Armadas e as forças policiais, e mesmo dentro dos serviços de inteligência. Para Manaut (2009), o México vive uma "democracia insegura", resultado de estruturas estatais debilitadas, que não cumprem com seus papéis de garantir proteção à população, incapazes de se adaptar, modernizar e reformar as condições existentes no país.

As "novas ameaças" aqui abordadas são conhecidas no México como "pandillas", a exemplo da "Os Aztecas", que opera em El Paso, Texas e Juárez, surgiram com o fenômeno de fragmentação e dispersão dos grandes cartéis de droga mexicanos e tornaram-se grupos desarticulados, violentos, envolvidos em vários tipos de crime, também na luta pelo controle das rotas de tráfico de drogas no país. Desde que o governo do ex-presidente Felipe Calderón (2006-2012) lançou sua guerra contra as drogas, com o objetivo declarado de fragmentar as organizações de tráfico de drogas para que pudessem ser mais facilmente enfrentadas pelas forças armadas, a violência no país aumentou vertiginosamente.

Estas organizações se expandiram geograficamente e diversificaram suas ações, incluindo, por exemplo, sequestro em massa de imigrantes sem documentos. Para os

trabalhos como tráfico de drogas, tráfico de armas e assassinatos por encomenda, os grupos criminosos muitas vezes recrutam jovens marginalizados, e membros de "pandillas". Segundo Bagley (2012), o México tem um problema com esses grupos principalmente em sua fronteira com os Estados Unidos e na fronteira com Guatemala. Enquanto as "pandillas" da fronteira sul estão mais associadas ao tráfico de pessoas, as do norte do país estão mais ligadas ao tráfico de drogas. Para melhor visualização, o Mapa 3 mostra a presença de "pandillas" e cartéis envolvidos no narcotráfico.

MAPA 3 - Principais áreas de influência dos grupos mexicanos.



Fonte: BBC. Disponível em < <http://www.bbc.com/news/world-latin-america-10681249> > Acesso: 02 de Fevereiro, 2014

A cada ano, milhares de migrantes, principalmente do Triângulo Norte da América Central, transitam para o México irregularmente. Muitos fogem da pobreza e da violência, mas também viajam para o país cada vez mais jovens, na esperança de se reunir com suas famílias nos Estados Unidos. É importante frisar que as políticas duras implementadas contra as "maras" na Guatemala, Honduras e El Salvador expulsaram os criminosos para lugares mais seguros para eles, como o México, mais uma vez ocorreu o "efeito barata". Como anteriormente abordado, essas políticas não têm alcançado o efeito desejado e, por outro lado, têm aumentado os níveis de criminalidade associada a esses grupos.

No México, as iniciativas para combater essas "novas ameaças" estão ligadas principalmente com os Estados Unidos. Assim, foi lançada a Iniciativa Mérida, que é um programa histórico de cooperação que reconhece as responsabilidades comuns dos Estados Unidos e do México para combater a violência gerada pelas drogas, ameaçando os cidadãos de ambos os países. O Congresso dos EUA aprovou o financiamento para a iniciativa com amplo apoio bipartidário e até o momento mais de 1.600 milhões de dólares foram enviados para o México (WOLF, 2012, p. 271). Atualmente, a Iniciativa Mérida fornece habilidades técnicas e assistência para a profissionalização da polícia do México, reforma judicial e prisional, tecnologia da informação, fortalecendo o desenvolvimento da infraestrutura, segurança das fronteiras e da promoção de uma cultura de legalidade.

A Iniciativa Mérida propõe explicitamente prevenir o tráfico de drogas e armas do México para os EUA, bem como as pessoas envolvidas nestas atividades e os recursos financeiros associados a elas. A proposta abrange o fornecimento de equipamentos de inspeção, scanners de íons, tecnologias de comunicação, assistência técnica e treinamento para instituições estatais, programas de proteção às testemunhas, helicópteros e aviões de reconhecimento para assegurar uma resposta rápida, etc. (DEPARTMENT OF STATE, 2007).

Além disso, tanto a ONU como a OEA enxergam as drogas ilícitas como um "mau", e deve ser proibido e reprimido. Na prática, a estratégia de proibição firme da ONU-OEA-EUA tem dominado o discurso internacional sobre o controle de drogas e impede que os países experimentem abordagens alternativas, ou os constrange a ignorar ou desafiar as suas obrigações nos termos dos tratados sobre controle de narcóticos dentro das Nações Unidas. A insistência dos EUA sobre esta abordagem política não só levou ao fracasso total da "guerra contra as drogas" nos últimos anos, mas também tem sido contraproducente para o próprio país e para os interesses dos países latino-americanos (BAGLEY, 2012, p. 246). Portanto, os altos custos associados ao insucesso da "guerra contra as drogas" geraram uma reação à estratégia dos EUA tanto internamente quanto no exterior, além disso, produziu um novo debate sobre alternativas à proibição, como abordagens de redução de danos, a descriminalização e legalização.

CAPÍTULO II – AS BANDAS CRIMINAIS NA COLÔMBIA

Até agora tentamos mostrar algumas tendências que tem caracterizado a evolução do comércio de drogas e das organizações envolvidas nessa atividade: a globalização crescente do consumo de drogas; as vitórias parciais e as consequências imprevistas da guerra às drogas (especialmente nos Andes); a dispersão e fragmentação dos grupos e seu "efeito barata". Com efeito, essa evolução se deu quando os grandes cartéis de drogas foram desmantelados, principalmente no México e na Colômbia, e pequenos grupos desarticulados preencheram o espaço deixado por essas organizações, que atuam em um mundo globalizado e se beneficiam de novas tecnologias. Diante do que foi exposto até então, analisamos agora o caso da Colômbia e de suas bandas criminais, ou BACRIM, surgidas após o desmantelamento de grupos paramilitares de autodefesas e que hoje ameaçam a segurança nacional e regional.

3. OS PARAMILITARES

A Guerra Civil Colombiana ocorreu entre 1948 e 1958, entre o Partido conservador e o Partido Liberal, aliado ao Partido Comunista. Com o fim da guerra, a maioria dos grupos paramilitares que participaram do conflito foi desmobilizada, porém, alguns se mantiveram ativos. O grupo denominado Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), braço armado do Partido Comunista, é um desses que, mesmo desaparecendo oficialmente após a guerra, ressurgiu no país nos anos 1960. Entretanto, tanto desacordos sobre a evolução do comunismo, quanto à relação das FARC com o tráfico de drogas culminaram com a separação completa entre o Partido e o grupo armado na década de 1980 (CASTRO, 2007).

Nesse cenário, grupos de guerrilha antigovernista com inspirações políticas de esquerda, grupos de narcotraficantes com grande liberdade de movimentação pelo território e gangues de crime organizado conviviam no mesmo ambiente. O Estado colombiano se viu incapaz de controlar todos esses fatores ao mesmo tempo, o que proporcionou condições favoráveis para o aparecimento de grupos paramilitares locais. Também a atuação dos grupos de guerrilha fomentou a criação desses grupos paramilitares civis, ou autodefesas, que procuravam se defender da atuação das guerrilhas que, por vezes, se voltavam contra a população de maneira a repreender

aqueles que se colocavam contra sua causa, ou para recrutar jovens, destruindo propriedades e sequestrando cidadãos para forçá-los a lutar contra o governo (CASTRO, 2007, p.2). Sobre as raízes desses grupos de autodefesas, Sánchez (2001, p.21) argumenta que:

Os grupos de autodefesa têm diversas raízes históricas. Estas incluem Exércitos privados que cumpriam um papel importante nas guerras civis do século XIX, as várias formas de polícia privada que os proprietários de terra utilizavam para se contrapor ao conflito agrário no início deste século e, mais claramente, os grupos antiguerilheiros formados durante a confrontação bipartidária nos anos 1950. Contudo, falando especificamente da sua atual configuração, os grupos de autodefesa são um produto típico da bem conhecida doutrina de “segurança nacional” que se espalhou por toda a América Latina durante os anos 1970 e 1980 como parte de uma estratégia global contra o comunismo.

Embora os grupos de autodefesa ou paramilitares fossem, em primeiro lugar, protegidos por lei, (por Decreto 3398, de 1965 e da Lei 48 de 1968, a criação de autodefesas foi autorizada a executar as tarefas destinadas a restabelecer a normalidade nas políticas públicas), na sua evolução acabaram se tornando funcionários de grandes proprietários de terras e traficantes de drogas interessados em proteger seus territórios. Só no final da década de 1980, diante das pressões para que o governo tomasse medidas para o controle da violência que assolava o país, o então presidente Virgílio Barco revogou a lei 48 de 1968, que autorizava as Forças Armadas a formar grupos de autodefesa; e estabeleceu o decreto 1.194 de 1989, que prevê pena de prisão aos que financiem ou promovam grupos paramilitares (LEONGÓMEZ, 2004, p. 119).

Mesmo assim, vários grupos foram formados em resposta às ações das FARC, entre eles o Muerte a Secuestradores (MAS) e Autodefensas Campesinas de Córdoba y Urabá (ACCU), sob a influência de Carlos Castaño, que em 1997, em reunião com líderes de outros grupos que operavam independentemente no país, oficializou a criação das Autodefensas Unidas da Colômbia (AUC), resultado da unificação de várias organizações paramilitares. Nessa época, a organização contava com aproximadamente 4.000 combatentes, entre unidades rurais e urbanas, esquadrões de extermínio e elementos de logística e inteligência. Mais tarde, em 1998, uma segunda reunião decidiu expandir a extensão do domínio da AUC, enquanto o número de combatentes subia para 6.800 (CASTRO, 2007). Segundo Spencer (2011, p. 72):

Foi durante o governo de Andrés Pastrana (1998 – 2002) que as AUC se expandiram agressivamente, crescendo a um ritmo que refletia não só a decepção popular com os fracassados processos de paz, mas também seus esforços para chegar a ser um ator importante, a ponto de não ser excluído de nenhum acordo de negociação para o fim da guerra. Contudo, pra crescer e se expandir, os paramilitares, da mesma forma que a guerrilha, acabaram por se tornar dependentes do narcotráfico, e aproximadamente 70% das suas finanças, na época do presidente Pastrana, eram provenientes das drogas, o que lhes possibilitava a arregimentação de cinco mil novos combatentes por ano.

Observa-se que grupo paramilitar expandiu-se rapidamente, e se tornou mais envolvido com o tráfico de drogas do que na contra-insurgência, que culminou em um período de muita violência, somente contido anos depois.

3.1 O GOVERNO URIBE

Álvaro Uribe assume a presidência da Colômbia em 2002, lança a Política de Segurança Democrática – PSD, com um enfoque militar e policial, objetivando recuperar a ofensiva estratégica e aumentar a presença no território nacional, especialmente aquele ocupado pela guerrilha e narcotráfico Além disso, buscava melhorar os níveis de segurança dos cidadãos e dar duros golpes nas fontes de financiamento dos grupos armados ilegais e adotando um discurso que considerava que na Colômbia não existe um conflito armado, senão a presença de “grupos terroristas” que atacam a sociedade e o Estado (VELÁSQUEZ, 2004, p. 90).

Assim, o foco principal do Estado deveria ser o crescimento da segurança, pois esta geraria confiança, a confiança atrairia investimentos, os investimentos gerariam crescimento econômico e o crescimento econômico acompanhado de responsabilidade empresarial e políticas de coesão social gerariam desenvolvimento, logo, sem segurança é praticamente impossível que os cidadãos possam exercer suas liberdades democráticas (SPENCER, 2011, p. 78). Enquanto isso, após a criação das AUC, a atividade dos paramilitares na Colômbia conheceu uma expansão dramática. Elas cresceram ininterruptamente até 2003, quando Uribe iniciou um processo de desmobilização desses grupos. O processo previa que os grupos paramilitares que estivessem dispostos a negociar a sua desmobilização fossem providos de uma zona desmilitarizada onde poderiam conduzir suas negociações sem medo de serem presos e extraditados para os Estados Unidos por acusações de tráfico de drogas (AVILÉS, 2006, p. 137).

Inicialmente, em julho de 2003, o governo e os paramilitares assinaram o Acordo de Santa Fé de Ralito, estabelecendo o início do programa de desmobilização que, na prática, ocorreu primeiramente na cidade de Medellín, com o bloco Cacique Nutibara, uma importante estrutura paramilitar, no qual ficou estabelecido que as milícias deveriam promover um imediato cessar-fogo e o desarmamento até o fim de 2005 (SPENCER, 2011, p. 110 e SANTOS, 2010, p. 78). Os processos seguiram e os principais líderes paramilitares foram avançando tanto nas negociações como nas desmobilizações. O processo de desmobilização foi acelerado no final de 2004, e deixou mais de 30 mil ex-paramilitares desmobilizados em março de 2005. Neste ano, o presidente Uribe apresentou um projeto de lei ao Congresso colombiano que foi aprovado e resultou na chamada Lei de Justiça, Paz e Reparação (nº 975/2005), cujo objetivo era regulamentar a “reincorporação de membros de grupos armados organizados à margem da lei, que contribuísem de maneira efetiva para a consecução da paz nacional” (VILLA e VIANA, 2008, p. 170).

A referida Lei, depois de debatida exaustivamente entre diversos setores políticos, estabeleceu que: (a) todos os membros dos grupos armados ilegais que se desmobilizassem seriam perdoados pelos seus crimes políticos, aí não estando incluído o narcotráfico, que seguiria sujeito aos tratados internacionais e à possibilidade de extradição; (b) cada paramilitar poderia fazer uma “confissão livre” de seus crimes e a condenação para eles estaria fixada entre cinco e oito anos; (c) o tempo em que passaram nas zonas de encontro para negociação seria contado como tempo de prisão; (d) teriam que entregar todos os recursos obtidos através de atividades ilícitas, assim como abandonar estas atividades e (e) não estavam obrigados a revelarem toda a verdade em suas confissões (SPENCER, 2011, p. 110).

Entretanto, em 2006 a corte constitucional da Colômbia declarou inconstitucional alguns tópicos da lei e ordenou que estes fossem modificados. A partir de então os paramilitares deveriam confessar todos os crimes até o momento da desmobilização e todos aqueles delitos que não fossem incluídos na confissão, mas que fossem descobertos depois, seriam julgados e sentenciados diante da lei comum e não se beneficiariam com penas reduzidas. Além disso, os paramilitares deveriam pagar indenizações às vítimas e o tempo em que passaram nas zonas de encontro para negociações não mais seriam computados como tempo de prisão (SPENCER, 2011, p. 110).

Em 38 atos, foram desmobilizados 31.689 membros de grupos de autodefesas. Cabe ressaltar que as organizações com o maior número de desmobilizados foram o Bloco Central Bolívar com 6.348 membros, o Bloco Norte, com 4.760, o Bloco Mineros com 2.780, o Heroes de Granada, com 2.033 e o bloco Elmer Cárdenas, com 1.538. Esses blocos estão localizados em áreas de cultivo de coca, corredores e saídas de drogas. A partir de 2005 começa a ser aparente a persistência de grupos armados que mantém uma forte ligação com o tráfico de drogas. Também é importante notar que os guerrilheiros não cobriram as áreas onde houve desmobilização das autodefesas, como se pensava que aconteceria (CASTILHA. 2013. p. 19).

Portanto, a partir do processo de desmobilização entre 2003 e 2006, o narcotráfico entrou em sua etapa de maior fragmentação. As desmobilizações tiveram um impacto decisivo neste processo, pois os chefes das autodefesas venderam ou cederam a sua participação nos negócios para facções. Mas embora os índices de violência tenham caído nacionalmente, em alguns cenários os níveis permaneceram elevados devido às ações de organizações criminosas organizadas e também pelas violações da trégua combinada pelas AUC com o governo, em dezembro de 2002.

Finalmente, a PSD fortaleceu o Estado colombiano e conseguiu modificar a dinâmica do conflito a seu favor, debilitando os grupos armados ilegais, contudo, sem eliminá-los por completo, nem pôr fim ao conflito. Por um lado Uribe conseguiu capturar muitos integrantes das autodefesas, diminuiu o número de sequestros e desarticulou grupos subversivos, mas por outro lado, os pilares das FARC não se desintegraram e as ações da Política de Segurança Democrática também causaram o surgimento de novos grupos criminosos, as chamadas Bandas Criminais (BACRIM).

4. AS BACRIM

As bandas criminais (BACRIM) emergentes na Colômbia, descendentes dos agora formalmente grupos paramilitares desmobilizados que faziam parte das AUC, representam uma nova geração de traficantes de drogas no país. Assim, a Colômbia e a região têm de enfrentar uma nova realidade, uma competição de grupos ilegais dentro e fora do país, que por causa do tráfico de drogas e outras economias ilegais, como tráfico de armamentos sofisticados, se estendem além das fronteiras colombianas.

Nesse contexto, após a desmobilização de 2006, surgiram as BACRIM, definidas pela Política Integral de Segurança e Defesa para Prosperidade, do presidente Juan Manuel Santos, como estruturas criminosas nacionalmente desarticuladas, com alto poder de corrupção, intimidação e armamentos, que combinam produção e comercialização de drogas com a violação dos direitos e as liberdades dos cidadãos nas áreas rurais e na periferia de alguns centros urbanos da Colômbia. Ou então, como Gerson Arias e Elvira Restrepo (2010) definem: “as BACRIM são a fusão de várias gerações antigas e atuais de criminosos, alguns com e outros sem referências ideológicas (contrainsurgência), com diferentes níveis de capacidade de organização e controle territorial”.

Ainda há um grande debate sobre a origem das BACRIM, se são remanescentes de grupos desmobilizados ou grupos armados que nunca foram desmobilizados dentro do processo iniciado em 2006, ou grupos de desmobilizados que se reagruparam como novos grupos, aproveitando o vazio de poder deixado pelos paramilitares nas regiões onde tinham presença. Além das discussões sobre a origem, tipo de organização, objetivos ou tipo de violência que distinguem as BACRIM de outros grupos armados, onde surgem quando todo um universo de nomes (neoparamilitares, paramilitares de terceira geração, novos grupos de narcoparamilitares, novos grupos armados ilegais ou simplesmente bandas criminais narcotraficantes), há consenso sobre dois pontos em relação à natureza dessas bandas: a ausência de uma razão para contra-insurgência ou qualquer objetivo político para justificar suas ações, e sua essência criminal apontada para expansão do tráfico de drogas e de outros mercados ilegais através do uso seletivo da violência (PIETRO, 2013. p. 3).

Uma primeira observação sobre a composição das BACRIM mostra que em várias partes do país um número crescente de jovens entre dezesseis e vinte anos de idade têm sido capturados, com filiação ou envolvimento em atividades criminosas ligadas a essas organizações. 14% dos desmobilizados faz parte funcional dessas estruturas criminais. De acordo com informações da Polícia Nacional, dos cerca de quase 12.100 de membros dessas bandas que foram capturados, entre 2006 e 2012, cerca de 1.700 são desmobilizados (Polícia Nacional da Colômbia, Julho 2012).

Operacionalmente, as BACRIM são geralmente analisadas em dois níveis: "por um lado é a cúpula, responsável pelas operações de "alto nível", como carregamentos de cocaína. Num segundo nível, se encontra a base da organização, composta por criminosos comuns com baixo nível de organização e formação, responsáveis por

tarefas específicas, tais como controle de áreas de cultivos ilícitos e atividades de rotina para a organização e do micro-tráfico e micro-extorsão" (Fundación Ideas para la Paz. 2013, p. 13).

Partindo dessa análise, normalmente são feitas comparações entre as BACRIM e os paramilitares, que é uma contribuição importante para o debate em termos de compreender as continuidades e rupturas entre os dois fenômenos, mas é uma armadilha conceitual, uma vez que tende a exagerar e mistificar as características dos antigos grupos paramilitares como o seu caráter de contra-insurgência ou fins políticos, e às vezes o alcance do fenômeno atual é subestimado porque, ao qualificá-lo como claramente criminal, se omitem ou minimizam aspectos-chave sobre sua incidência em outros setores. Politicamente, a distinção das BACRIM como fenômeno do crime organizado dá continuidade à distinção feita pelo governo Uribe, de diferenciar as organizações criminosas de grupos paramilitares representados principalmente pela AUC. Esta distinção superestima a eficácia da desmobilização e reintegração de grupos paramilitares (2003-2006), implicitamente negando, por um lado, a relação entre desmobilizados e as BACRIM e, por outro lado, temperando a natureza criminal (a serviço do narcotráfico) dos antigos grupos paramilitares.

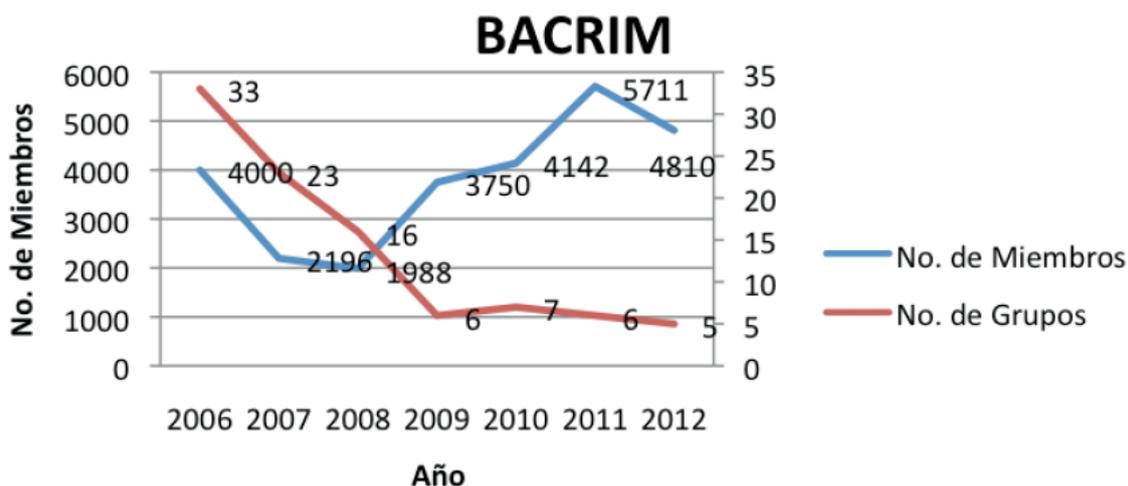
Nesse entendimento, Bagley (2012) acredita que as BACRIM têm várias diferenças importantes em relação aos paramilitares:

1) tendem a ser muito mais hábeis e sutis enquanto buscam alianças políticas dentro das instituições econômicas e políticas colombianas, muitas vezes escondem suas relações políticas através do contato indireto e candidatos "limpos", sem registro de envolvimento ou vínculos com paramilitares no passado, 2) se concentram em estabelecer influência política nos níveis municipais e departamentais (provinciais), em vez de nacional, 3) a área de atuação abrange não só a costa do Caribe colombiano, mas também o Sudoeste do Pacífico e 4) têm expandido seus interesses econômicos, incluindo outras atividades ilícitas, além do tráfico de drogas (apropriação privada de terras públicas, exploração de ouro e madeira) e empresas legais.

De todo modo, o fenômeno das bandas criminais está cada vez mais presente, enquanto em 2006 as autoridades identificaram que 33 bandas estavam presentes em 110 municípios através de um exército permanente de 4000 homens, em 2012 reconheceram quatro bandas criminais (Urabeños, Rastrojos, Renacer e Machos) que estão presentes entre 190 e 200 municípios, com cerca de 4.800 homens em seus

exércitos, ou seja, essas bandas estão mais concentradas (PIETRO, 2013), como mostra o Gráfico 1.

GRÁFICO 1 - Quantidade de integrantes e número de grupos das BACRIM



Fonte: Policía Nacional da Colômbia, 2012.

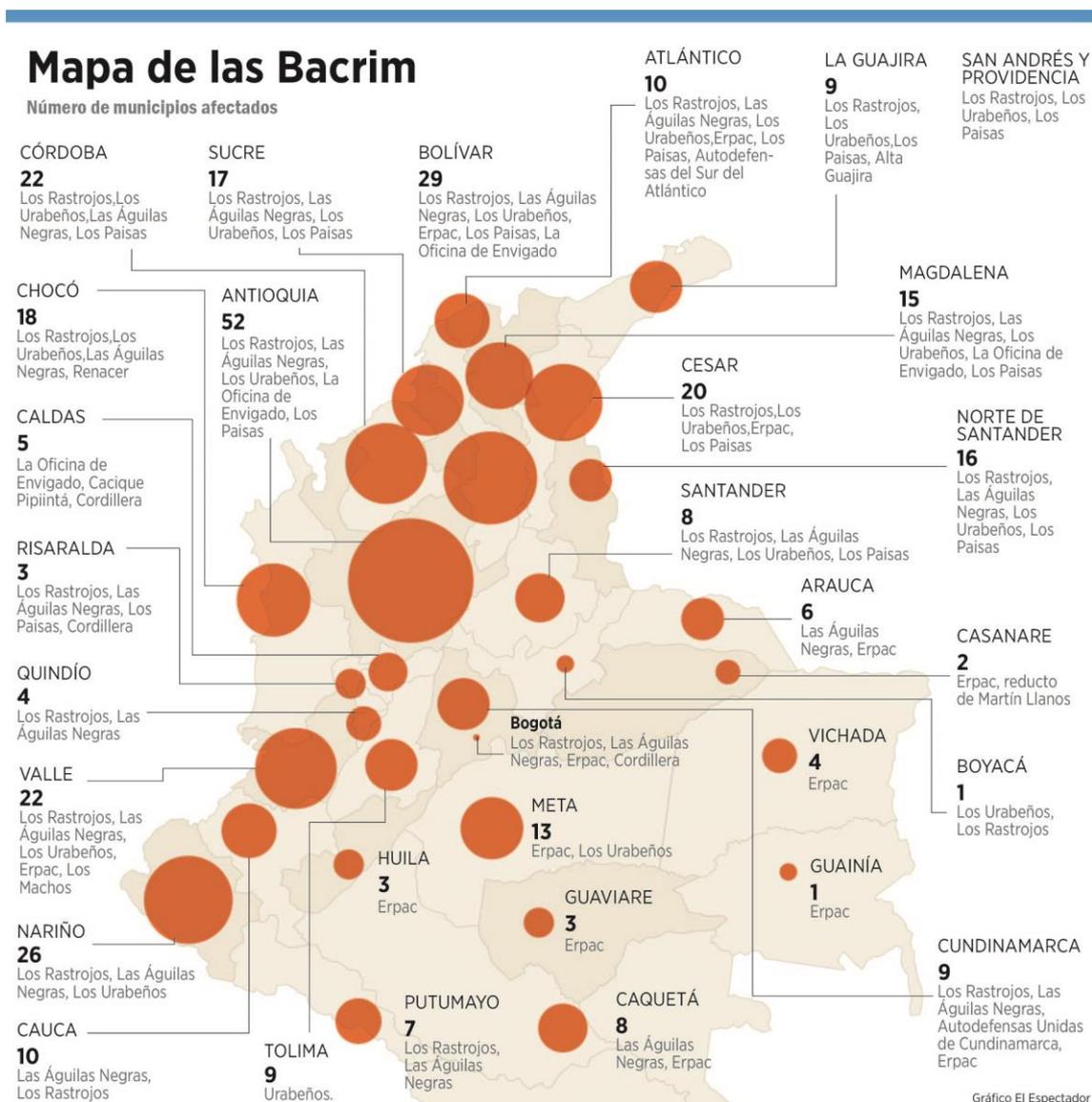
Apesar do contínuo debate sobre a natureza e o alcance desses grupos, Pietro (2013) acredita que as BACRIM hoje são reconhecidas publicamente, em um sentido amplo, como 1) um fenômeno de criminalidade organizada representada por 2) organizações criminosas construídas em torno de tráfico de drogas e outras fontes de financiamento (legais e ilegais), 3) desligadas, teoricamente, da lógica do conflito armado em termos jurídicos e militares, 4) de baixo perfil, urbanas, com as estruturas, na maioria, não militares, mas com capacidade de gerir territórios e exercer amplo controle social local, 5) com capacidade de fazer alianças transitórias com os grupos guerrilheiros a nível nacional, cartéis internacionais e as redes criminais internacionais, 6) capazes de infiltrar instituições e corromper membros da polícia e funcionários públicos, e 7) responsável por um número significativo de massacres, assassinatos, deslocamentos forçados, extorsões e recrutamento forçado de menores, entre outros crimes.

Dois grupos merecem destaque. Os Urabeños, também conhecidos como as Forças de Auto-Defesa Gaitanista, são uma das mais ambiciosas, cruéis e agressivamente expansionistas das organizações de tráfico de drogas da Colômbia, são parte de uma série de grupos formados por ex-líderes paramilitares de nível médio. E os Rastrojos, nascidos do desmembramento do cartel Norte del Valle como poderosa

organização de tráfico de drogas e se tornou uma das mais poderosas organizações criminosas transnacionais na Colômbia, mas sofreram golpes pesados com a captura ou rendição de seus líderes.

A partir de 2006, os Rastrojos deixaram seu lugar tradicional ao longo da costa do Pacífico e começaram a operar em mais de um terço das 32 províncias da Colômbia, chegando a tornar-se o mais poderoso grupo criminoso do país até 2008. Os Rastrojos também criaram sólidas redes de tráfico de drogas e lavagem de dinheiro no Equador e no Panamá, assim, essas redes têm aumentado os crimes nesses países. Há presença dos Rastrojos e dos Águias Negras no Equador, que começaram a reproduzir as organizações colombianas nesses países, e não apenas como um produto do tráfico de drogas, mas também devido a vinganças e casos de extorsão (PIETRO. 2013. p. 6). O Mapa 4 mostra a presença desses grupos e de outros no território colombiano.

MAPA 4 - Presença das BACRIM na Colômbia



Fonte: El Espectador. Disponível em <http://www.elespectador.com/impreso/temadeldia/articulo-311652-bandas-criminales-operan-347-municipios> Acessado em 15 de Fevereiro, 2014.

A integração internacional baseada em alianças para a expansão de novos mercados em novas áreas, novos produtos e melhores margens de utilidade, permanece sendo o mecanismo de expansão mais sólido (embora pouco visível), das organizações criminosas fora da Colômbia. À medida que o ciclo de vida de cada organização, seu

momento histórico e o tipo de estrutura criminal (cartéis, guerrilhas ou bandas criminais) mudam, sua dimensão de presença internacional é de maior ou de menor magnitude, de acordo com suas necessidades e capacidades (VERGARA, 2012, p. 10).

Com efeito, a análise das redes e cenários internacionais onde as BACRIM atuam mostram que no primeiro nível estão países como a Venezuela e Equador, onde o braço armado e financeiro das BACRIM mantém a presença direta e constante. No segundo nível, estão México e Peru, dado o seu papel crescente na produção e distribuição de drogas, portanto, são cenários estratégicos para as BACRIM formar parceiros comerciais. No caso do México, é bem conhecido seu poder real em relação ao controle da maioria das rotas de tráfico de drogas que atingem os Estados Unidos e sua relação com grupos criminosos na Colômbia. Há evidências de ligações a grupos como Rastrojos e com o cartel Zetas (RAMSEY, 2012)¹⁰ e dos Urabeños com o de Sinaloa (STONE, 2012)¹¹. Apesar da menor intensidade, países como Bolívia, Chile, Argentina, Paraguai e Uruguai também são extensões das redes a serviço do narcotráfico onde as BACRIM mantêm relações.

Também é possível analisar as rotas e destinos das drogas administradas pelas BACRIM, que são embarcadas por ambas as costas colombianas. Neste caso se empregam tanto as rotas pelos países da América Central, como o Panamá, Honduras, Guatemala e México, ou as ilhas do Caribe (República Dominicana, Bahamas e Porto Rico) com destino para os Estados Unidos e Europa, quanto as rotas que partem da Colômbia, Venezuela ou Brasil, por exemplo, usando ou não a conexão africana (Namíbia, África do Sul e Zimbábue, Guiné Equatorial, Serra Leoa, Mali, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Mauritânia) para chegar até a Europa (PIETRO, 2013, p. 7).

Ainda, a dimensão internacional das BACRIM foi gerada pelo processo de desmobilização paramilitar, pela crise econômica militar das FARC (que perdeu a maior parte as suas capacidades para a produção e tráfico de cocaína), bem como a consolidação de novos núcleos de coca em Nariño/Cauca e Antioquia /Córdoba, que abriu espaço para o surgimento das BACRIM. É uma condição *sine qua non* para

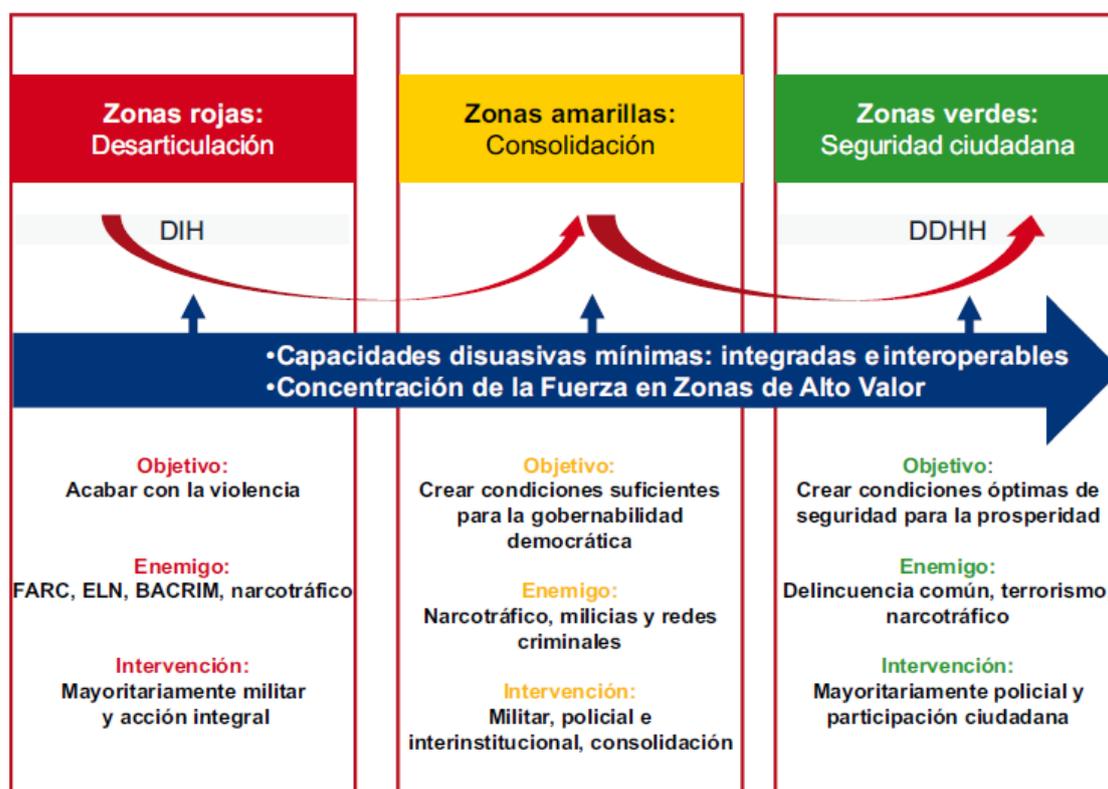
¹⁰ RAMSEY, G. El Tiempo. “Capturan a enlaces de Colombia con el cartel mexicano ‘los Zetas’”. 13 de agosto 2012. Acessado em 27 de janeiro de 2014, disponível em http://www.eltiempo.com/justicia/ARTICULO-WEB-NEW_NOTA_INTERIOR-10149344.html

¹¹ Hannah Stone. 2012. “Colombia captures link between ‘Loco Barrera’ and Sinaloa Cartel”. Insight, 12 de dezembro de 2011. Acessado em 27 de janeiro de 2014, disponível <http://www.insightcrime.com/insightlatest-news/item/1967-colombia-captureslink-between-loco-barrera-and-sinaloacartel>

qualquer organização criminal que quer dominar as rotas tráfico de drogas e outros negócios de semelhante rentabilidade, deve ter um pé em cada lado da fronteira. A novidade na lógica de expansão das BACRIM nas fronteiras terrestres é a proliferação de novas atividades ilegais, como o contrabando de ouro e de produtos de consumo massivo, tais como arroz, óleos e outros produtos. Em resumo, a expansão territorial das BACRIM para o controle de rotas e áreas de processamento de droga principalmente no Equador e na Venezuela, é o resultado de uma estratégia calculada por estas organizações, que compartilham espaço com outras fontes de criminalidade -máfia local e guerrilheiros (RICO, 2013, p. 11).

Para combater essa ameaça, o governo colombiano, desde o Conselho Nacional de Segurança, em fevereiro de 2011, definiu os critérios e estratégias operacionais para combater as BACRIM, definidas desde então como um fenômeno de criminalidade organizada e prioridade em matéria de ordem pública. Além da execução de planos e estratégias, foram criados e fortalecidos os serviços colombianos de inteligência, judiciais e operativos, com o objetivo de obter melhores resultados na luta contra esses grupos. A Política Integral de Segurança e Defesa para Prosperidade aponta que sua estratégia é uma intervenção majoritariamente militar, como apresenta o Gráfico 2.

GRÁFICO 2 - Estratégia Colombiana



Fonte: Política Integral de Segurança e Defesa para Prosperidade, 2011.

Assim, fica evidenciado que as BACRIM são consideradas assunto urgente para o governo, que as considera como “inimigo na zona vermelha”. Operacionalmente, a denominação do fenômeno como crime organizado e sua diferenciação do conflito armado guerrilheiro define os termos e a capacidade de resposta do Estado. Desde a formulação dessa estratégia contra as BACRIM, o presidente Santos decidiu reforçar esses dois componentes, como parte do esforço para desenvolver uma estratégia global: em questões operacionais e de inteligência definiu novas oportunidades e mecanismos de coordenação e assessoria, como CI2 Bacrim (Centro Integrado de Inteligencia contra as Bandas Criminais) (International Crisis Group. 2012. p.16), para alinhar os recursos, informações e critérios para o desenvolvimento de operações no campo.

O principal problema enfrentado pelas autoridades é que as bandas criminais trazem de mais novo na sua atuação: a capacidade de reprodução e expansão. Diretamente relacionada com as oportunidades políticas, socioeconômicas e institucionais que as BACRIM aproveitam nas áreas onde estão presentes. Neste sentido, existem duas hipóteses: a primeira de natureza econômica, explica que esses grupos criam raízes e se reproduzem em contextos (mais) funcionais na produção e tráfico de drogas ou onde eventualmente existem mercados legais, informais e ilegais. Com uma racionalidade mais institucionalista e sociológica, a segunda hipótese explica a reprodução das BACRIM em contextos onde as instituições são fracas ou inexistentes, onde os mercados e as economias locais não estão totalmente integrados na circulação da economia nacional, onde as economias locais carecem de oportunidades de emprego, acesso a serviços e condições básicas de vida (PIETRO, 2013, p 11.). A sobrevivência do negócio e dos grupos que controlam os vários elos da cadeia mostra os limites da estratégia atual em termos de eficácia, bem como a necessidade de redefinir o paradigma proibicionista da guerra contra as drogas, assim como nos outros países aqui tratados.

Demonstrou-se que há uma clara metamorfose entre os grupos de autodefesa originais dos anos 1960, os paramilitares desmobilizados que entre 2003-2006 sob o processo de Justiça e Paz e as BACRIM de hoje, porém, há uma linha de continuidade histórica que se expressa na prevalência de um padrão geográfico de convergência entre os grupos armados e tráfico de drogas. A natureza das ações, o significado das estratégias e as dinâmicas de violência, evidenciam que grupos paramilitares ou de autodefesa no passado e as bandas criminais no presente, concentram-se principalmente

na proteção dos cultivos e nas terras adquiridas mediante pressão, assim como o controle de rotas e portos para o narcotráfico (CASTILLA, 2013, p. 31).

Portanto, o tráfico de drogas tem sido um motor importante para essa transformação e para a expansão de paramilitares e demais organizações criminais, mas também tem sido considerado como um fim em si mesmo para muitos outros grupos criminosos. Mostrou-se também que, desde seus estágios iniciais, os paramilitares tinham ligações ou contatos com atores criminais na esfera internacional, principalmente em relação à sua formação e armamento, situação que ajudou o seu crescimento, transformação e internacionalização e posteriormente foi herdado pelas bandas criminais. As BACRIM, bem como os seus parceiros no exterior, estão se transformando em organizações criminosas transnacionais que ameaçam a estabilidade das democracias frágeis da região e que também aumentam os índices de crimes violentos em grande parte da América Latina (ARIAS, G.; RESTREPO, E. 2010).

Por fim, a instituição Friedrich Ebert Stiftung elaborou algumas recomendações para ajudar no combate às BACRIM, tais como: 1. Habilitar as Forças Armadas para lutar contra as bandas criminais, em conjunto com a Polícia Nacional; 2. Fortalecer, local e regionalmente, a investigação acadêmica e judicial sobre esses grupos para melhor diagnosticar suas dinâmicas locais; 3. Investigar e ampliar as ferramentas das políticas públicas colombianas.

Essas recomendações seguem o padrão dos governos da América Latina, citado anteriormente, de adotarem medidas coercitivas, pouca atenção e investimento são dados nas áreas de educação, empregos, lazer.

Mais uma vez, não foram registradas iniciativas que envolvam ações sociais ou reformas estruturais, visto que mesmo que as bandas criminais ou outros grupos criminosos sejam desarticulados pelo uso da força física, se as condições sócioeconômicas continuarem as mesmas, e várias regiões continuarem sofrendo com a ausência estatal, é muito provável que perdurem como terrenos férteis para violência e criminalidade.

5. CONCLUSÃO

Esse trabalho almeja, diante das discussões apresentadas, ressaltar a relevância das "novas ameaças" para Segurança Internacional enquanto perspectiva de análise, tendo como foco de discussão e fundamentação os problemas vislumbrados na região da América Latina causados pelo narcotráfico e as organizações envolvidas nessa atividade, no contexto do pós-Guerra Fria e do mundo globalizado. O crime organizado atravessa fronteiras e suas ações estão relacionadas a diferentes tipos de ameaças em redes de caráter global. Para atender a essa "nova" forma de ameaça é necessário desenvolver uma visão transnacional, isso significa coordenar as políticas globais e locais. Esse é um dos principais desafios enfrentados pelos Estados e as sociedades, e por todos os atores que procuram abordar este flagelo.

O crime organizado e seus "novos" atores, como as bandas criminais, são urbanos e tem objetivos essencialmente econômicos, no entanto, para receber esses recursos são utilizadas a extorsão e a violência como instrumentos-chave. Estes recursos representam forte ameaça para as sociedades latino-americanas e caribenhas. Além disso, Colômbia, Peru, México e alguns países da América Central também sofrem com debilidade estatal, que agrava os problemas sociais, gera descontentamento e mina a legitimidade do poder central.

No que diz respeito à situação peruana, visualiza-se que a crescente produção de folha de coca tem sido motivo para maior presença de organizações narcotraficantes, cartéis e bandas criminais, que encontram lá novos negócios e parceiros. No que tange ao Triângulo Norte da América Central, que é uma região importante de trânsito de atividades lícitas e ilícitas, os grupos conhecidos como "maras" tem influenciado no avanço do crime organizado e causado impacto na segurança regional. Assim como as "pandillas" no México e as BACRIM na Colômbia. Esses últimos com fortes ligações com os cartéis de drogas e paramilitares desmobilizados, dos quais herdaram contatos e *modus operandi*.

No tocante as iniciativas para combater esses grupos, observou-se que tanto as de âmbito nacional quanto as multilaterais dão preferência a abordagens militares, coercitivas e seguem uma política de proibição às drogas. Dão pouco espaço para políticas sociais e de prevenção, ou a alternativa de legalização. Por conseguinte, é presumível que problemas como o narcotráfico e a metamorfose dos grupos que ameaçam a segurança da América Latina persistam desafiando a região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABUMANSUR, M. C. K. Rochele. **Políticas de Defesa e Segurança Colombiana de Álvaro Uribe e Juan Manuel Santos (2002 – 2012): análise sobre mudanças e continuidades para solução do conflito colombiano.** 2013

AGUILAR, J. *Las maras y pandillas como actores ilegales de la región.* Diagnóstico preparado para el Informe estado de la región en desarrollo humano sostenible 2008. Instituto Universitario de Opinión Pública (Iudop). San Salvador. 2008

AGUILLAR, K. Verónica. **As políticas antidrogas dos Estados Unidos na região andina: o caso peruano.** 2011.

AYOB, Mohammed, State Making, State Breaking, and State Failure, in CROCKER, C., HAMPSON, F., AALL, ., P., *Turbulent Peace*, Washington, United States Institute for Peace, 2003, p. 127-142

ARIAS, G.; RESTREPO, E. **The Changing Remnants of the Colombian Paramilitary and their Impact in the Region.** Latin American Studies Association. Canadá. 2010.

BAGLEY, B. Tráfico de drogas y crimen organizado en las Américas: tendencias principales en el siglo veintiuno. Anuario de la seguridad regional en América Latina y el Caribe (Fescol). 2012

BELTRÁN, A. *The captive State: Organized crime and human rights in Latin America.* Washington Office on Latin America. Washington. 2007

BLOCK, A. **East Side-West Side: Organizing crime in New York City, 1930-1950** (New Brunswick, NJ: Transaction), 1994

CASTILLA, E. Camilo. **Narcotráfico: Génesis de los paramilitares y herencia de bandas criminales.** Fundación Ideas para La Paz (FIP) 2013

CASTLE, A. Transnational Organized Crime and International Security. Working paper (University of British Columbia). *Institute of International Relations*, n.19, Nov. 1997.

CASTRO, F. Luiz. Novos movimentos paramilitares na Colômbia. *Conjuntura Internacional* (PUC Minas), 2007.

CENTRO DE INVESTIGACIÓN Y EDUCACIÓN POPULAR – CINEP. Programa Por La Paz. **El Legado de las Políticas de Uribe: retos para el gobierno de Santos.** Informe especial, Colômbia: ago 2010.

CEPIK, M.; BORBA. P. Crime Organizado, Estado e Segurança Internacional. *Contexto Internacional*. v. 33, nº 2, 2011.

COLOMBIA, Ministério de Defensa Nacional. **Política de Defensa y Seguridad Democrática – PSD**. Colômbia: Imprensa Nacional, 2003.

_____. Ministério de Defensa Nacional. **Evolución Organizaciones Narcoterroristas 1990 - 2004**. Primera Audiencia Pública – Rendición de Cuentas – 2004, Colômbia: 01 jun 2005a, 140 p.

_____. Ministério de Justicia y del Derecho. Lei 975, 25 jul 2005, **Ley de Justicia, Paz y Reparación**. Por la cual se dictan disposiciones para la reincorporación de miembros de grupos armados organizados al margen de la ley, que contribuyan de manera efectiva a la consecución de la paz nacional y se dictan otras disposiciones para acuerdos humanitarios. Diário Oficial nº. 45.980, Colômbia: 2005b, p. 01 – 65

_____. Departamento Nacional de Planeación. Dirección de Justicia y Seguridad. **Estrategia de Fortalecimiento de la Democracia y el Desarrollo Social – EFDDS (2007-2013)**. Colômbia: 2007. Disponible em: <www.dnp.gov.co> Acceso em: 31 nov 2013.

_____. Ministério de Defensa Nacional. **Política Integral de Seguridad y Defensa para la Prosperidad - PISDP**. Colômbia: março 2011.

COMISIÓN DE LA VERDAD Y RECONCILIACIÓN DEL PERÚ. *Narcotráfico, conflicto interno y corrupción*. In: Comisión de la verdad y reconciliación del Perú. Informe de La comisión de verdad y reconciliación del Perú. Lima, 2003. Tomo V, cap.II, p.739-773.

COMISIÓN INTERAMERICANA PARA EL CONTROL DEL ABUSO DE DROGAS. *Primer estudio comparativo sobre consumo de drogas y factores asociados en población de 15 a 64 años*. Lima, 2008.

COMISIÓN NACIONAL PARA EL DESARROLLO Y VIDA SIN DROGAS. *No se fumiga hoja de coca en el Perú*. Lima, 2004.

COMUNIDAD ANDINA DE NACIONES. *Decisión 614, Estrategia andina de desarrollo alternativo integral y sostenible*. Lima, 2005.

CONGRESO PERUANO. *Aprueban plan nacional de prevención y control de drogas decreto supremo N° 82-94-P.M.* Lima, 1994.

DARIO, Diogo Monteiro. **A Legitimidade da Política de Segurança Democrática e a Doutrina de Segurança Nacional na Colômbia**. Revista Contexto Internacional, vol. 32, núm. 2, jul - dez 2010, p. 607 – 641.

De la Corte Ibáñez, L. y A. Giménez-Salinas Framis. *Crimen.org: evolución y claves de la delincuencia organizada*. Editorial Ariel. Barcelona. 2010

DEVIDA. *Plan de impacto rápido de lucha contra las drogas*. Lima, 2008.

DUFFIELD, M. (2002) —War as a Network Enterprise: The New Security Terrain and its Implications. *Cultural Values*, Vol. 6, p. 153 - 166.

ESTADOS UNIDOS. *A National Security Strategy of Engagement and Enlargement*. Fev. 1996.

ICG (International Crisis Group). 2011b. *Guatemala: Drug trafficking and violence*. Latin America Report 39. ICG. Ciudad de Guatemala.

KAHN, T. Obstáculos às políticas de segurança na América Latina. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação Seade, v. 21, n. 1, p. 92-95, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>; <<http://www.scielo.br>>.

KALDOR, Mary. (1999) *New and Old Wars: Organized Violence in a Global Era*. Cambridge: Polity Press.

_____ (2005) —Old Wars, Cold Wars, New Wars, and the War on Terror|. Apresentado em: Cold War Studies Centre, London School of Economics, 2 de fevereiro de 2005.

_____ (2006). *New and Old Wars: Organized Violence in a Global Era*. 2nd Edition. Cambridge: Polity Press.

LARRY STORRS, K., SERAFINO, Nina M. *Andean Regional Initiative (ARI): Fiscal Year 2002 Assistance for Colombia and Neighbors*. Congressional Research Service. Washington, december, 2001.

MANAUT, R. México: la seguridad nacional en 2012. Cambio de gobierno y guerra al narcotráfico. Anuario de la seguridad regional en América Latina y el Caribe (Fescol). 2012

MARTINÉZ, Ó. *Los migrantes que no importan*. Icaria. Editorial. Barcelona. 2010.

MILIAN, J.; BRECKENRIDGE, S. El crimen organizado en América Latina y el Caribe: Mapeo de Centroamerica. Anuario de la Seguridad regional en América Latina y el Caribe (Fescol). 2009

MIKLOS, S. Manoela. **As Novas Guerras e as cidades: a urbanização da guerra e as Forças Armadas norte-americanas**. 2011.

MÜNKLER, H. *Viejas y nuevas guerras. Asimetría y privatización de la violencia*. Madri: Siglo XXI Editores, 2005.

PEREIRA, J. P. Crime transnacional no pós-Guerra Fria. In: NASSER, R. *Novas perspectivas sobre os conflitos internacionais* São Paulo: Ed. Unesp, 2010.

PUREZA, J. M. Segurança Humana: vinho novo em odres velhos? In: NASSER, R. *Os conflitos internacionais em múltiplas dimensões*. São Paulo: Ed. Unesp, 2009.

REPÚBLICA DA COLÔMBIA. Ministerio de Defensa. *Política de Seguridad Democrática*. 2003

_____. Ministerio de Defensa. *Política Integral de Segurança e Defesa para a Prosperidade*. 2011

PRIETO, A. C. Las Bacrim y el crimen organizado en Colombia. *Fescol*, 2013.

RICO, D. **Las Dimensiones Internacionales Del Crimen Organizado en Colombia: Las Bacrim, sus Rutas y Refugios**. Woodrow Wilson Center, 2013.

ROJAS ARAVENA, F. *Seguridad humana: aportes en la reformulación del concepto de seguridad*. FLACSO, 2006. Disponível em: http://www.enlaceacademico.org/uploads/media/Seguridad_Humana-Aportes_en_Reformulacion-Espana.pdf. Acesso em: setembro de 2013.

SANTOS, Marcelo. **O Plano Colômbia e o primeiro mandato de Álvaro Uribe (2002-2006)**. *Cena Internacional*, vol. 8, núm. 2, 2006, p. 63 – 83.

SÁNCHEZ, H. “**‘Herencia maldita’ que mata estudiantes**”. *ContraPunto*. 25 de julho. <http://www.contrapunto.com.sv/violencia/herencia-maldita-quemata-estudiantes>. 2011

SPENCER, David. **Colombia Camino a la Recuperación: Seguridad y Gobernabilidad 1982 – 2010**. Washington: Centro de Estudios Hemisféricos de Defensa, Universidad Nacional de Defensa, 2011, p. 133.

SHELLEY, L. Transnational Organized Crime: an Imminent Threat to the Nation State? *Journal of International Affairs*, 48, n.2, inverno de 1995.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **World Drug Report**. Washington: UNODC, 2013. Disponível em: <www.unodc.org> Acesso em: 03 dezembro 2013.

VELASQUÉZ, V. Alejo (2012) Colombia: Lucha contra las Bacrim: Prioridad Nacional. Disponível em http://www.elcolombiano.com/BancoConocimiento/L/lucha_contra_las_bacrim_prioridad_nacional/lucha_contra_las_bacrim_prioridad_nacional.asp?CodSeccion=219. Acesso em: 15 dez. 2013

_____. **El gobierno de Álvaro Uribe: proyecto y resultados**. Políticas, estratégias y doctrinas. *Revista Nueva Sociedad*, núm. 192, jul - ago 2004, p. 85 – 97.

VERGARA, C. J. *La rebelión de las redes criminales: el crimen organizado en América Latina y las fuerzas que lo modifican*. Woodrow Wilson Center. Março de 2012.

VILLA, Rafael Duarte; VIANA, Manuella Trindade. A Ascensão de Uribe na Colômbia: Segurança Interna e Aliança Estratégica com os Estados Unidos na construção do Estado-Nação. In: AYERBE, Luis Fernando (Org.). **Novas Lideranças**

Políticas e Alternativas de Governo na América do Sul. São Paulo: Unesp, p. 153 – 181.

VISACRO, A. **Guerra Irregular**, Terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história. São Paulo: Contexto, 2009.

VON LAMPE, Klaus. Organized crime in Europe. **Policing**, v. 2, n. 1, 2008. p. 7-17.

WILLIAMS, P. Transnational Crime Organization and International Security. *Survival*, v.36, n.1, primavera de 1994.

WOLF, S. **El nexó entre las maras y el crimen organizado.** Anuario de la seguridad regional en América Latina y el Caribe (Fescol). 2012